

ANGELA NASCIMENTO DA SILVA

**A FOME E SUAS RELAÇÕES COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS: ANÁLISE
SOBRE OS PROGRAMAS PBF, PNAE E PAA NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA
SERRA/MT.**

**TANGARÁ DA SERRA/ MT - BRASIL
2020**

ANGELA NASCIMENTO DA SILVA

**A FOME E SUAS RELAÇÕES COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS: ANÁLISE
SOBRE OS PROGRAMAS PBF, PNAE E PAA NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA
SERRA/MT.**

Dissertação apresentada à Universidade do Estado de Mato Grosso, como parte das exigências do Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola para obtenção do título de mestre.

Orientador: D.Sc. Raimundo Nonato Cunha de França.

**TANGARÁ DA SERRA/ MT - BRASIL
2020**

Luiz Kenji Umeno Alencar CRB 1/2037

- SILVA, Angela Nascimento.
- 5586a A Fome e Suas Relações com as Políticas Públicas: Análise Sobre os Programas Pbf, Pnae e Paa no Município de Tangará da Serra/MT. / Angela Nascimento Silva - Tangará da Serra, 2020. 53 f.; 30 cm.
- Trabalho de Conclusão de Curso
(Dissertação/Mestrado) - Curso de Pós-graduação Stricto Sensu (Mestrado Acadêmico) Interdisciplinar em Ambiente e Sistemas de Produção Agrícola, Faculdade de Ciências Agrárias, Biológicas, Engenharia e da Saúde, Câmpus de Tangará da Serra, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2020.
Orientador: Raimundo Nonato Cunha de França
Coorientador: Santino Seabra Jr. e Danielle Storck Tonon
1. Segurança Alimentar e Nutricional. 2. Fome Zero. 3. Agricultura Familiar. 4. Fome no Campo. I. Angela Nascimento Silva. II. A Fome e Suas Relações com as Políticas Públicas:: Análise Sobre os Programas Pbf, Pnae e Paa no Município de Tangará da Serra/MT..
- CDU 338.43.01-027.553(817.2)

ANGELA NASCIMENTO DA SILVA

**“A FOME E SUAS RELAÇÕES COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS: ANÁLISE
SOBRE OS PROGRAMAS PBF, PNAE E PAA NO MUNICÍPIO DE TANGARÁ
DA SERRA/MT.”**

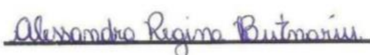
Dissertação apresentada à
Universidade do Estado de Mato
Grosso, como parte das exigências
do Programa de Pós-graduação
Stricto Sensu em Ambiente e
Sistemas de Produção Agrícola para
obtenção do título de Mestre.

Aprovada em 28 de outubro de 2020.

Banca Examinadora



Prof. Dr. Raimundo Nonato Cunha de França
Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT
Orientador



Profa. Dra. Alessandra Regina Butnariu
Coordenadora do Mestrado em Ambiente e Sistema de Produção Agrícola-PPGASP/UNEMAT
Atesta a participação de:

Prof. Dr. Telmo Antônio Dinelli Estevinho
Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT
Membro externo



Profa. Dra. Danielle Storck Tonon
Universidade do Estado de Mato Grosso - UNEMAT
Membro interno

TANGARÁ DA SERRA/MT- BRASIL

2020

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais, Otaviano Camões da Silva e Iraci do Nascimento Silva, pelos ensinamentos e exemplos de amor, honestidade e família.

AGRADECIMENTOS

Ser mestre representa em minha vida a conclusão de um sonho. Sonho esse que de tão grandioso “congelava” a espinha. O meu agradecimento é a cada pessoa que contribuiu com um tijolinho na construção desse sonho.

À Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) que é parte integrante de toda a minha carreira acadêmica.

Aos mestres, pelos valiosos ensinamentos, em especial à minha professora de Língua Portuguesa do Ensino Fundamental Maria Madalena Carniello Delgado, por ter acreditado em mim, quando eu era ainda uma criança, e na mudança que a educação poderia fazer na minha vida e na vida da minha família.

Ao meu orientador, Professor Dr. Raimundo Nonato Cunha de França, por ter acrescido de forma impar o meu conhecimento intelectual e contribuído para a minha formação como “*SER HUMANO*”.

A minha família, por ser o pilar que me sustenta, o amor que me aconchega, e o meu refúgio para todos os momentos. “Por vocês, eu faria isso mil vezes” (HOSSEINI, 2003).

Aos meus colegas de trabalho, do Departamento de Contabilidade, da Secretaria de Fazenda da Prefeitura Municipal de Tangará da Serra/MT, em especial à Luzia Célia Silva e ao Flávio Amaral Oliveira.

Aos colegas da Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Tangará da Serra/MT, em especial à Camila Guimarães.

Aos amigos, anjos alados em minha vida, em especial à Aldinéia Rodrigues e Estela Mares Toledo.

À Deus, pela sua mão grandiosa em minha vida! A ti Senhor, toda honra e toda glória.

EPÍGRAFE

“Caíam mil homens à tua esquerda e dez
mil à tua direita: tu não serás atingido”.

(BIBLÍA, Salmos, 90:7).

LISTA DE SIGLAS

BIRD: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CAE: Conselhos de Alimentação Escolar
CDAF: Compra Direta da Agricultura Familiar
CDS: Compra com Doação Simultânea
CME: Campanha de Merenda Escolar
CONAB: Companhia Nacional de Abastecimento
EUA: Estados Unidos da América
FAO: Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FNDE: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MDS: Ministério do Desenvolvimento Social
ONU: Organização das Nações Unidas
PAA: Programa de Aquisição de Alimentos
PBF: Programa Bolsa Família
PIB: Produto Interno Bruto
PNSAN: Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutrição
PNAE: Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAN: Programa Nacional de Alimentação Escolar
SEAD: Secretaria Especial da Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário
UFMT: Universidade Federal do Estado de Mato Grosso
UNEMAT: Universidade do Estado de Mato Grosso

LISTA DE FIGURAS

	Páginas
Figura 1. Número de Famílias por Categoria.....	43
Figura 2. Idade do Titular.....	44
Figura 3. Número de Crianças por Família.....	45
Figura 4. Composição do Programa Bolsa Família	46
Figura 5. Relação PBF versus Quantidade de Membros	47

LISTA DE TABELAS

ARTIGO 1: A Fome no Campo Brasileiro e Suas Relações com as Políticas Públicas.

Páginas

Tabela 1. Valor aluno/ensino.....	24
Tabela 2. Recursos PNAE Município de Tangará da Serra/MT. Organização dos autores.....	25
Tabela 2.1. Custo aluno por ensino, no município de Tangará da Serra – MT, para o PNAE, no ano de 2015.....	25
Tabela 2.2. Custo aluno por ensino, no município de Tangará da Serra – MT, para o PNAE, no ano de 2016.....	25
Tabela 2.3. Custo aluno por ensino, no município de Tangará da Serra – MT, para o PNAE, no ano de 2017.....	26
Tabela 2.4. Custo aluno por ensino, no município de Tangará da Serra – MT, para o PNAE no ano de 2018.....	26
Tabela 2.5. Custo aluno por ensino, no município de Tangará da Serra – MT, para o PNAE, no ano de 2019.....	26
Tabela 3. Demonstração dos recursos transferidos pelo MDS e SEAD no período de 2003 a 2018 para o PAA, por região. Recursos PAA.....	29

ARTIGO 2: Impactos Econômicos e Sociais do Programa Bolsa Família: uma discussão sobre o perfil e a renda das famílias beneficiárias no município de Tangará da Serra – MT.

Tabela 1. Organograma do PBF, por tipo de benefícios, condicionalidades e valor.....	40
--	----

LISTA DE QUADROS

ARTIGO 1: A Fome no Campo Brasileiro e Suas Relações com as Políticas Públicas.

Páginas

Quadro 1. Fluxograma histórico das políticas públicas voltadas para o combate à insegurança alimentar no Brasil.....	22
--	----

SUMÁRIO

	Páginas
RESUMO	11
ABSTRACT.....	12
INTRODUÇÃO GERAL	13
REFERÊNCIAS	16
ARTIGO 1: a Fome no Campo Brasileiro e suas Relações com as Políticas Públicas do PAA e PNAE.....	17
ARTIGO 2: Impactos Econômicos e Sociais do Programa Bolsa Família: Uma Discussão Sobre o Perfil e a Renda das Famílias Beneficiárias no Município de Tangará da Serra – MT.....	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS	53

RESUMO

A pesquisa sobre a fome e suas relações com as políticas públicas é essencial para a avaliação das políticas públicas já existentes cujo objetivo seja o combate à fome e a erradicação da pobreza, e para o planejamento quanto à continuidade ou implantação de novas políticas públicas com essa finalidade. O objetivo geral dessa pesquisa é a discussão sobre a inserção de políticas públicas como estratégia para o combate a insegurança alimentar e nutricional, fazendo um recorte sobre as políticas do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa Bolsa Família (PBF). Foram levantados dados bibliográficos sobre os programas através de pesquisa na literatura existente e sítios do governo federal, com o objetivo de discorrer sobre a criação de cada um dos programas e seus objetivos. Foi escolhido para análise de dados o município de Tangará da Serra – MT, localizado na região Médio Norte do Estado de Mato Grosso, com população de 101.764 habitantes. A economia do município baseia-se na prestação de serviços, indústria e agricultura, com destaque para a produção de soja e cana-de-açúcar, também possui forte produção na agricultura familiar. Foram analisados dados sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no período de 05 (cinco) anos, com o objetivo de evidenciar o custo aluno para o programa e os impactos e benefícios que o programa traz enquanto política pública para o enfrentamento a insegurança alimentar e nutricional, garantindo as crianças da rede básica pública de ensino no município ao menos 01 (uma) refeição diária. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) foram analisados dados da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) e seus impactos no enfrentamento a insegurança alimentar e nutricional de agricultores brasileiros, com o fortalecimento da agricultura familiar através da geração de renda no campo. Os dados sobre o Programa Bolsa Família (PBF) foram coletados no sistema de cadastros para acesso a programas sociais do governo federal “CADÚnico” e na Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Tangará da Serra – MT. Os dados foram tratados por famílias, e categorias relacionadas ao meio em que a família reside, a classificação foi em urbana, rural, acampadas e indígenas. O presente estudo evidenciou a importância das políticas públicas no combate à fome e sua contribuição para a erradicação da pobreza, programas que incentivam a geração de renda como PAA, contribuem significativamente na segurança alimentar e nutricional no país, de forma múltipla, tanto para os beneficiários fornecedores quanto para os beneficiários de programas assistenciais. Programas de transferência de renda como o PBF vão além dos impactos econômicos, através de aumento de renda das famílias beneficiárias gera o fortalecimento do consumo do mercado interno, e também impactos sociais, como inclusão social, mediante o sentimento de pertencimento em vários níveis de discussão. E programas como PNAE asseguram a crianças o direito ao acesso à alimentação, direto esse basilar do artigo 6º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Espera-se com esse estudo contribuir para avaliação desses programas como estratégia importante de política pública para o enfrentamento à insegurança alimentar e nutricional no Brasil.

Palavras-chave: Segurança Alimentar e Nutricional; Fome Zero; Agricultura Familiar; Fome no Campo.

ABSTRACT

The search on hunger and its relations with public policies it's essential for the evaluation of public policies already existing whose objective be it the fight against hunger and the eradication of poverty, and for planning for continuity or implementation of new public policies for this purpose. The objective general of that search is the discussion about the insertion of public policies as a strategy for combat food and nutritional insecurity, doing a cutout about the policies of Food Purchase Program (PAA), National School Feeding Program (PNAE) and Family Scholarship Program (PBF). Were lifted dice bibliographic about the programs through of search in literature existing and sites of federal government, whit objective of discourse about the creation of each one of the programs and your objectives. Out Chosen for data analysis the county for Tangara da Serra-MT, located in region north of State of Mato Grosso, with population of 101.764 population. The economy of county is based in the provision of services, industry and agriculture, with spotlight for production of soy and sugar cane, too it has strong production in family farming. Were analyzed data on National School Feeding Program (PNAE) in the period for 05 (five) years, with the objective of show the cost student for the program and the impacts and benefits that the program brings while public policy for the coping the food and nutritional insecurity, ensuring the children for public basic education network in county at least 01(one) daily meal. The Food Purchase Program (PAA) were analyzed data of Conab (National Supply Company) and your impacts in coping the food and nutritional insecurity of brazilian farmers, with the fortification of family farming through for income generation. The data on Family Scholarship Program (PBF) were collected in the system of registrations for access to social programs from the federal government "CADÚnico" and in municipal secretary of social assistance for county Tangara da Serra - MT. The datas were treated by families, and categories related the environment in which the family reside, the classification was in urban, rural, camped and indigenous. The present study evidenced the importance of public policies in fighting hunger and your contribution for the eradication of poverty, programs that encourage income generation like PAA, contribute significantly in food and nutrition security in country, multiplely, for both beneficiaries suppliers as for beneficiaries of assistance programs. Programs of income transfer like the PBF go beyond from economic impacts, through of the increase income of beneficiary families generates the fortification the internal market, and too social impacts, like social inclusion, upon feeling belonging at various levels of discussion. And programs like PNAE ensure the children the right access the feeding, right this basilar of the article 6º of Constituion of the Federative Republic of Brazil of 1988. Expected with this study contribute for evaluation of these programs like strategy important of public policy for coping to food and nutritional insecurity in Brazil.

Key Words: Food and Nutrition Security; Zero Hunger; Family Farming; Hunger in the Field.

INTRODUÇÃO GERAL

A segurança alimentar e nutricional é caracterizada pelo acesso ao alimento, de forma regular e permanente, em qualidade e quantidade suficiente as necessidades humanas (FAO, 2014). O mundo, historicamente, é marcado pela restrição do alimento há milhares de seres humanos, atualmente 821 milhões de pessoas passam fome no mundo, essas pessoas encontram-se mais precisamente na Ásia e na África (FAO, 2019), e no Brasil são cerca de 5,2 milhões, principalmente na região nordeste (FAO, 2019).

A fome está diretamente relacionada à condição de pobreza extrema e pobreza, as quais são classificadas com renda de até R\$ 89,00 mensais por pessoa, e entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00 mensais por pessoa, respectivamente. É dever do Estado garantir a proteção social básica às pessoas que vivem nessa condição, incentivando a implementação de políticas públicas que visam garantir a segurança alimentar e incentivar o fomento à produção e a renda da agricultura familiar (GTA AGENDA 2030, 2018). A fome não deve ser aceita como um fenômeno natural, mas analisada mediante as estruturas defeituosas da economia (CASTRO, 1984).

No Brasil, a desigualdade social é histórica, sendo a concentração de renda a forma mais conhecida (CAMPELLO *et al.*, 2018). Contudo, entre o período de 2003 a 2014, houve uma fase de progresso econômico e social. Com o objetivo de combate à fome e a erradicação da pobreza, o governo construiu uma agenda de implementação de políticas públicas que visava o fomento a agricultura familiar, o fortalecimento do mercado interno através da política do salário mínimo, e a transferência de renda através do PBF.

Com isso, o país retirou mais de 29 milhões de pessoas da condição de pobreza e pobreza extrema, e a desigualdade social diminuiu expressivamente (BIRD, 2019). As políticas públicas que visam garantir a proteção social básica as pessoas que vivem em condição de vulnerabilidade promovem impactos nos indicadores sociais e econômicos no país. Com o aumento na renda, as famílias beneficiárias aumentam o seu poder de compra, consumindo no comércio local, e socialmente sentem-se pertencentes à comunidade (ROSANELI *et al.*, 2015).

Destaca-se, neste período, a criação da PNSAN (BRASIL, 2019), que estrategicamente associada ao Programa Fome Zero, trouxe a discussão a fome não só no meio urbano, mas também no campo brasileiro, e o governo trouxe para

sua agenda a vulnerabilidade presente nas comunidades rurais, quilombolas e indígenas. A criação do PAA e PNAE incentivou e fortaleceu a produção e renda na agricultura familiar.

No Brasil, atualmente, alguns dos programas relacionados à proteção social básica vem sendo suspensos ou descontinuados, o que tem agravado a condição de vulnerabilidade no país. Em 2015, chefes de estado de 193 países-membros construíram a agenda 2030, que tem como objetivo o desenvolvimento social e econômico do mundo, sem deixar ninguém para trás.

A desconstrução de políticas públicas que garantem a proteção social a milhares de brasileiros em condição de vulnerabilidade coloca o país na contramão das metas e objetivos traçados e firmados na Agenda 2030, que tem como um dos objetivos principais o combate à fome e a pobreza. Para garantir a proteção social aos mais vulneráveis, o país precisa reconstruir as políticas públicas que asseguram a inserção social e econômica, visando o combate à fome e a erradicação da pobreza (GTA AGENDA 2030, 2018).

Neste contexto, o presente trabalho tem como objetivo discutir a inserção de políticas públicas como estratégia de combate a insegurança alimentar e nutricional de agricultores brasileiros, com enfoque nas políticas do PNAE e o PAA; avaliar o impacto social e econômico que o PBF possibilita na vida das famílias beneficiárias, no município de Tangará da Serra – MT; e Identificar o perfil e a renda das famílias beneficiárias do PBF em Tangará da Serra – MT.

A escolha do município de Tangará da Serra – MT para o estudo decorre da localidade, pois se encontra a 240 km da capital Cuiabá. O Estado de Mato Grosso é conhecido como o “celeiro do mundo” e carrega o *slogan* “estamos alimentando o mundo”, por sua alta produção na soja, milho, algodão e rebanho bovino (MATO GROSSO, 2020). É formado por 141 municípios, com população estimada de 3.526.220 habitantes, possui área total de 903.207,019 km², PIB de R\$126,805 bilhões, possui expectativa de vida de 74 anos e Índice de Desenvolvimento Humano de 0,774, ocupa a 8º posição na lista de unidades do Brasil pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) (WIKIPEDIA, 2020).

O município de Tangará da Serra está localizado na região mesorregião sudoeste do Estado de Mato Grosso, é o 5º município do Estado em população, com 103.750 habitantes (IBGE 2018), e é conhecido como a Capital do Médio Norte. A economia do município baseia-se na prestação de serviços, agropecuária, indústria

e agricultura, com destaque para a produção de soja e cana-de-açúcar, também possui forte produção na agricultura familiar.

O PIB é de R\$ 2.969.299,25, representa 2,1% na participação do Estado de Mato Grosso. O PIB per capita é de R\$ 30.632,81, e IDH de 0,729 considerado alto, e coeficiente de GINI de 0,44 (WIKIPEDIA, 2020). Abriga um dos maiores assentamentos da América Latina, o Assentamento Antônio Conselheiro. É um dos municípios que apresenta maior crescimento econômico, entretanto, também enfrenta problemas com as desigualdades sociais encontradas na maioria das cidades brasileiras.

Na problematização foram levantados os seguintes questionamentos: a) as políticas públicas, como PBF, PNAE e PAA causam impactos imediatos na redução da fome, e contribui com a redução da pobreza?

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Decreto-lei nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. **Regulamenta a Lei nº 11.346/2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN e institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Brasília, DF: Presidência da República.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7272.htm. Acesso em: 22/06/2019.
- CAMPELLO, Tereza; GENTILI, Pablo; RODRIGUES, Monica; HOEWELL, Gabriel Rizzo. Faces da Desigualdade no Brasil: um olhar sobre os que ficam para trás. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v.42, n. Especial 3, P. 54-66, novembro, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-11042018s305>. Acesso em 22/06/2019.
- CASTRO, Josué de Castro. **Geografia da Fome: o dilema brasileiro: pão ou aço.** Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.
- MATO GROSSO. **Econômica.** Disponível em www.mt.gov.br/economia. Acesso em 07/11/2020.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (FAO). **O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil:** um retrato multidimensional relatório 2014. Brasília, agosto de 2014. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/seguranca_alimentar/SANnoBRasil.pdf. Acesso 24/06/2019
- GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA AGENDA 2030 (GTA AGENDA 2030). **Relatório Luz da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável: Síntese II.** Agenda 2030, 2018. Disponível em <http://www.gtagenda2030.org.br> , acesso em: 07/09/2020.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2018.** Rio de Janeiro, IBGE, 2018.
- ROSANELI, Caroline Filla; RIBEIRO, Ana Lúcia Cardoso; ASSIS, Luana de; SILVA, Tânia Mara da; SIQUEIRA, José Eduardo de. A fragilidade humana diante da pobreza e da fome. **Revista Bioética** (Impr.).2015; 23(1):89-97. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1983-80422015231049>. Acessado em: 07/09/2020.
- WIKIPÉDIA. **Tangará da Serra – MT.** Disponível em : https://pt.wikipedia.org/wiki/Tangará_da_Serra. Acesso em 07/11/2020

A FOME E SUAS RELAÇÕES COM AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO PAA E PNAE. [Revista de Políticas Públicas/UFMA]

Angela Nascimento Da Silva.
Mestranda no Programa de Mestrado em Ambiente e Sistema de Produção Agrícola,
da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT.
angela@tangaradaserra.mt.gov.br

D.Sc. Raimundo Nonato Cunha de França.
Professor no Programa de Mestrado em Ambiente e Sistema de Produção Agrícola,
da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT.
Professor no Programa de Mestrado em Sociologia da Universidade Federal do
Estado de Mato Grosso – UFMT.
raimundofranca@unemat.br

D.Sc. Santino Seabra Jr.
Professor no Programa de Mestrado em Ambiente e Sistema de Produção Agrícola,
da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT.
santinoSeabra@hotmail.com

Resumo

Objetivo: Discutir a inserção de políticas públicas como estratégia de combate a insegurança alimentar e nutricional de agricultores brasileiros. **Método:** O estudo caracteriza-se por uma abordagem transversal, descritiva e analítica, e estabelece uma articulação entre políticas públicas e segurança alimentar no Brasil. A abordagem inicial foi a realização de pesquisa bibliográfica e documental sobre a insegurança alimentar no Brasil. Posteriormente, pesquisa bibliográfica sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar e o Programa de Aquisição de Alimentos, e a insegurança alimentar no campo. **Conclusão:** A política pública voltada para o combate à fome, através da geração de renda, contribui de forma impactante, em curto prazo, para a redução da fome, e com impactos em longo prazo, na redução da pobreza, contribuindo para a geração de renda e segurança alimentar no campo.

Palavras-chave: Segurança Alimentar e Nutricional, Fome Zero, Agricultura Familiar.

Abstract

Objective: To discuss the insertion of public policies as a strategy from combat the food insecurity and nutrition of Brazilian farmers. **Method:** The study characterized for an approach transversal, descriptive and analytical, and lays down an articulation in between public policy and food security in Brazil. The approach initial was the realization of bibliographic research and documentary about food insecurity in Brazil. Posteriorly, bibliographic research about the National school feeding Program and the Food Purchase Program, and the food insecurity in the field. **Conclusion:** The public policies turned for combat hunger, through of income generation, contributes so shocking, in the short term, for reduction hunger, and with impacts long term, in poverty reduction, contributing for the income generation and food security in field.

Key words: Food Security and Nutrition, Zero Hunger, Family Farming.

INTRODUÇÃO

O Brasil, em seu passado recente experimentou uma queda expressiva na desigualdade social (CAMPELO *et al.*, 2018), entretanto, ainda ocupa a 7º posição entre os países mais desiguais do mundo (BERMÚDEZ e REZENDE, 2019). Fatores como a escravidão, falta de desenvolvimento de políticas públicas voltadas para a geração de trabalho e renda na agricultura familiar, reforma agrária, concentração de terras e riquezas, condições climáticas, contribuem para o aumento da desigualdade social e pobreza no país.

Entre 2003 e 2014, no Brasil, houve uma fase de desenvolvimento econômico e social, com a criação do Programa Fome Zero, o Brasil desenvolveu diversos programas associados à PNSAN, com o objetivo da erradicação da fome e pobreza no país (BRASIL, 2019). Essa estratégia ajudou o Brasil a retirar mais de 29 milhões de pessoas da condição de pobreza e pobreza extrema, e a desigualdade social diminuiu expressivamente (BIRD, 2019).

O Estado assumiu o combate à fome como prioridade em sua agenda pública, tornando-a um problema eminentemente político. Com a estratégia do Programa Fome Zero, trouxe a discussão sobre a fome no campo brasileiro, e junto com a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, associou o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para os agricultores familiares, em que o objetivo é a segurança alimentar e o estímulo à produção, que gera trabalho e renda no campo, contribuindo para a permanência do agricultor na atividade produtiva e evitando o êxodo rural.

A partir das discussões sobre segurança alimentar, foi possível observar elevado número de pobres nas regiões rurais, e que esse número era, por vezes, maior no meio rural, que no meio urbano. Contudo, isso ocorre devido à vulnerabilidade da população rural do Brasil, estando à margem das políticas públicas, que em sua maioria são voltadas para a agricultura patronal (MONTEIRO, 2003).

Neste contexto, o presente trabalho tem como objetivo discutir a inserção de políticas públicas como estratégia de combate a insegurança alimentar e nutricional de agricultores brasileiros, com enfoque nas políticas do PNAE e o PAA.

Na problematização foi levantado os seguintes questionamentos: a) as políticas públicas, como PNAE e PAA causam impacto imediato na redução da fome, e contribui com a redução da pobreza?

METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se por uma abordagem transversal, descritiva e analítica, e estabelece uma articulação entre políticas públicas e segurança alimentar. A abordagem inicial foi à realização de pesquisa bibliográfica e documental sobre a insegurança alimentar no Brasil, pesquisa bibliográfica sobre as políticas públicas do PNAE e PAA, e a insegurança alimentar no campo nas seguintes bases de dados: www.scielo.br/scielo, <https://scholar.google.com.br>, www.agenda2030.org.br, www.fnnde.gov.br, www.planalto.gov.br, tendo por descritores de pesquisa: Fome Zero, PNAE, PAA, Segurança Alimentar.

A pesquisa caracteriza-se por descritiva, pois discorre sobre determinados programas sociais do governo brasileiro no que se refere ao combate à fome e pobreza, como PNAE, PBF, PAA, PNSAN e Estratégia Fome Zero, analisa e interpreta os dados coletados (CRESWELL, 2010).

A pesquisa compreende o período de 2003 a 2019, porque a criação dos Programas estudados data entre este período. O campo amostral escolhido foi o município de Tangará da Serra, localizado na região mesorregião sudoeste do Estado de Mato Grosso.

O município tem população de 103.750 habitantes (IBGE 2018), possui Produto Interno Bruto (PIB) de R\$ 2.969.299,25, e PIB per capita de R\$ 30.632,81, e Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,729 considerado alto, e coeficiente de GINI de 0,44 (WIKIPEDIA, 2020). A economia baseia-se na prestação de serviços, agropecuária, indústria e agricultura, com destaque para a produção de soja e cana-de-açúcar, e também possui forte produção na agricultura familiar.

No Estado de mato Grosso é o 5º município em população, e é considerado um dos municípios que mais cresce. Os dados coletados no município referente ao PNAE compreendem ao período de 2015 a 2019, e o PAA compreende ao período de 2019, porque o município passou por mudança de sistema operacional e não possuem acesso as informações de valor gasto com PAA anterior ao ano de 2019.

DISCUSSÃO

A Segurança Alimentar no Campo e Suas Peculiaridades

A segurança alimentar passou a ser discutida com maior ênfase depois da Primeira Guerra Mundial. A Europa vivenciou em suas tropas a experiência da restrição ao alimento e posteriormente a fome chegou à população, ficando evidenciado que um país poderia dominar o outro se tivesse acesso ao controle dos alimentos (ALMEIDA, 2014).

Mas o que é a segurança Alimentar? No Brasil, o conceito foi construído com a participação popular, e reflete de forma abrangente sobre o tema:

A segurança Alimentar e Nutricional é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitam a diversidade cultural e que sejam sociais, econômica e ambientalmente sustentáveis. (FAO, 2014, p.53).

O pioneiro sobre a abordagem da segurança alimentar foi Josué de Castro, representante do Brasil como presidente da FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (1952-1957). Naquela época, a proposta discutida na FAO, e liderada pelos EUA, era de que os excedentes produzidos nos países desenvolvidos fossem doados aos países subdesenvolvidos, e Castro (1984) foi contra essa prática, justificando que essa atitude perpetuaria a fome, e defendeu que as diretrizes a serem adotadas era dar condições aos países pobres para produzirem os seus próprios alimentos.

A segurança alimentar e nutricional envolve a dignidade humana, o acesso a alimentos apropriados e em quantidade suficiente para o desenvolvimento humano, reflete não somente em condições biológicas, mas também na inclusão social e o sentimento de pertencimento do indivíduo (ROSANELI *et al.*, 2015). Na Constituição da República Federativa Brasileira de 1988, estão previstos no artigo 5º “o direito à vida e a igualdade”, e no artigo 6º os direitos sociais: “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância, a assistência aos desamparados” (BRASIL, 1988).

O direito à alimentação, adequada aos níveis satisfatórios de nutrição, asseguradas como um direito social, multidimensiona o sentido da pobreza e da

fome, não sendo estas restritas apenas a falta de alimentos, mas inter-relacionadas ao convívio com a sociedade e familiar, ao acesso ao emprego e as condições físicas e biológicas adequadas ao trabalho, e a inclusão social do indivíduo ao meio em que reside (ROSANELI *et al.*, 2015).

A fome no mundo afeta mais de 821 milhões de pessoas, que vivem mais precisamente concentradas na Ásia e na África (FAO, 2018). Esse número vem aumentando nos últimos anos, em decorrência dos conflitos territoriais, agravos de crises econômicas, alterações climáticas, e fenômenos extremos, como a seca e enchentes. Em especial há uma preocupação com os países latino-americanos, em que o indicador de insegurança alimentar grave passou de 7,6% em 2016 para 9,8% em 2017 (FAO, 2018).

No Brasil, em relação à linha de corte utilizada pelo Banco Mundial para definir pobreza monetária, é de US\$ 5,50 diários, cerca de R\$ 406,00 mensais, em 2017, 26,5% da população brasileira viviam com valores inferiores a este, representando quase 55 milhões de pessoas, 0,8% a mais que no ano de 2016. A região nordeste concentra a maioria dessa população, atingindo cerca de 25 milhões de pessoas (IBGE, 2018).

A erradicação da pobreza e o combate à fome são discussões centrais da Agenda 2030¹ de desenvolvimento Sustentável (IBGE, 2018), e no Brasil essa temática vem sendo discutida há anos e com forte apelo do governo com o desenvolvimento de políticas públicas. Em 2003, com a implementação do Programa Fome Zero, o Brasil levou o tema como algo prioritário da agenda do governo, e por um determinado período foi possível a retirada de 29 milhões de brasileiros da condição de pobreza extrema e pobreza (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, 2019), entretanto, como aponta os dados do IBGE, e também da FAO, o Brasil corre sérios riscos de voltar ao mapa da fome.

A estratégia do Programa Fome Zero, com o objetivo da erradicação da pobreza e da fome, desencadeou uma série de outras políticas públicas que se inter-relacionaram e puderam atingir uma grande parte da população que vivia em situação de extrema pobreza e pobreza, a exemplo: A PNSAN, o PBF, o Programa PAA e o PNAE, contribuindo para a redução da pobreza e da fome, sobretudo na

¹A Agenda 2030 foi construída em setembro de 2015, em Nova York, na sede da ONU (Organização das Nações Unidas). Líderes de países membro deliberaram sobre um plano de ação objetivando a erradicação da pobreza, a proteção do planeta e das pessoas, possui 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas.

área rural, grupo que por vezes se encontra em situação de vulnerabilidade no país (FAO, 2014).

Para a FAO, as populações rurais sofrem vulnerabilidades e restrições a alimentação, e “as ações de cooperação da FAO para o desenvolvimento rural no Brasil foram fortalecidas no período de 1945 a 1964” (FAO, 2010). Durante esse período as estratégias adotadas pela FAO foram a busca pela melhora na qualidade de vida das populações rurais brasileiras, com o desenvolvimento da modernização e maior produção de alimentos (DALMAZ *et al.*, 2018).

A PNSAN foi regulamentada no Brasil pelo decreto nº. 7.272/2010, e está prevista na Lei nº. 11.346/2006, e tem como objetivo estabelecer junto à sociedade civil as políticas públicas que assegurem a alimentação adequada a todas as pessoas que vivem no território nacional, e “promover sistemas sustentáveis de base agroecológica, de produção e distribuição de alimentos que respeitem a biodiversidade e fortaleçam a agricultura familiar” (BRASIL, 2010).

Juntamente com a PNSAN, a agenda discutida na FAO, estabeleceu estratégias de desenvolvimento para o meio rural, buscando a melhoria na qualidade de vida das famílias rurais brasileira. Isso levou o governo brasileiro a desenvolver programas voltados para a geração de trabalho e renda no campo, com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar através da inclusão na produção rural por meio das famílias mais pobres (FAO, 2010).

Durante o governo Lula (2003-2010), as políticas públicas voltadas para o combate à insegurança alimentar no Brasil, por meio de transferência de renda ou geração de renda, foram fortemente incentivadas. As principais políticas e os objetivos de cada política são demonstrados abaixo, visando o esclarecimento e a cronologia das políticas públicas relacionadas ao meio rural e a segurança alimentar.

Quadro 1. Fluxograma histórico das políticas públicas voltadas para o combate à insegurança alimentar no Brasil. Fonte: BRASIL, 2019. Organização dos autores.

Políticas Públicas	Data de Regulamentação	Instrumento de Regulamentação	Objetivo da Política
Programa de Aquisição de Alimentos – PAA	02/07/2003	Lei nº 10.696/2003	Promover o acesso à alimentação e incentivar a produção da agricultura familiar.
Programa Bolsa Família – PBF	09/01/2004	Lei nº 10.836/2004	Combater a Fome
Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE	16/06/2009	Lei nº 11.947/2009, artigo 14	Oferecer ao menos 1 refeição diária ao alunos da rede básica e de ensino, e no mínimo 30% dos

			recursos do PNAE serão destinados para aquisição de alimentos da Agricultura Familiar.
Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN	25/08/2010	Decreto nº 7.272/2010	Estabelecer as políticas que assegurem a alimentação adequada ao ser humano.

Esses programas fazem parte de estratégias, mediante a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutrição, para melhorar a qualidade de vida no campo das famílias rurais pobres, e auxilia na Segurança Alimentar no campo. Durante muitos anos, as políticas públicas voltadas para o meio rural, eram acessíveis somente aos grandes agricultores, ficando o pequeno produtor excluído, o que contribuiu para a fome e a pobreza no campo (ASSIS *et al.*, 2017).

Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE: contexto histórico e uma abordagem sobre o programa nas escolas municipais do município de Tangará da Serra – MT.

O PNAE atende alunos da rede básica pública de educação, os quais se encontram matriculados no ensino infantil, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos (FNDE, 2020). O PNAE garante ao aluno o disposto no artigo 208, inciso VII da Constituição da República Federativa do Brasil, em que discorre sobre o dever do Estado em garantir ao aluno por meio de programas suplementares que envolvam material didático, transporte, alimentação e assistência à saúde (PLANALTO, 2020).

O PNAE caracteriza-se por ser um programa de assistência financeira, mediante transferência direta do Tesouro Nacional aos municípios e Estados, com o objetivo de garantir no mínimo uma refeição diária aos alunos da rede básica pública de ensino. Entretanto, o programa passou por grandes transformações ao longo de sua existência, até o seu modelo atual, descentralizado e fiscalizado por conselho gestor (FNDE, 2020).

A sua origem é datada na década de 1940, quando o Instituto de Nutrição defendia a disponibilização de alimentação aos alunos pelo Governo Federal, mas na época não houve êxito nesta proposta por falta de recursos financeiros (FNDE, 2020). Nos anos 50 foi elaborado o Plano Nacional de Alimentação e Nutrição, cujo nome era “Conjuntura Alimentar e o Problema da Nutrição no Brasil”, é a primeira vez na história do Brasil, em que se tem um plano de alimentação escolar sob a responsabilidade do Estado. (FNDE, 2020).

Em 1955, através do Decreto nº 37.106, foi instituído a Campanha de Merenda Escolar (CME) sob as ordens do Ministério da Educação. Em 1956, com o objetivo de expansão em todo território nacional, passou a se chamar “Campanha Nacional de Merenda Escolar”. E, em 1965, alterado para “Campanha Nacional de Alimentação Escolar, sob influência de programas americanos, Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) e Organização das Nações Unidas (ONU) (FNDE, 2020).

Ainda em 1976, financiado pelo Ministério da Educação, o programa fazia parte do II Programa Nacional de Alimentação Escolar (PRONAN), e passou a denominar-se PNAE, somente em 1979. A Descentralização dos recursos para a execução do programa ocorreu somente em 1994, com a Lei nº 8.913, de 12/07/1994, a transferência dos recursos era executada mediante celebração de convênios com os Municípios e Estados (FNDE, 2020).

A consolidação da descentralização de recursos se deu em 1998, com a Medida Provisória nº 1.784, de 14/12/1998, a transferência dos recursos passou a ser feita de forma automática, sem a necessidade da celebração de convênios. Outro marco na história do programa foi à criação do Conselho de Alimentação Escola (CAE), órgão com caráter deliberativo e fiscalizador, atualmente os CAE são formados por representantes da sociedade civil, trabalhadores da educação, pais de alunos e representantes do governo. (FNDE, 2020).

O recurso financeiro do PNAE, repassado aos Estados e Municípios, é efetuado pelo Governo Federal, em 10 parcelas mensais, referente ao período de fevereiro a novembro, o que corresponde a 200 dias letivos. Atualmente, o cálculo do valor que cada Município ou Estado tem a receber é feito com base no número de alunos matriculados por ensino, com base nos seguintes coeficientes:

Tabela 1. Valor aluno/ensino. Organização dos autores. Fonte: FNDE, 2020.

Modalidade de Ensino	Valor aluno/ensino (R\$)
Creches	1,07
Pré-escola	0,53
Escolas Indígenas e Quilombolas	0,64
Ensino Fundamental e Médio	0,36
Educação de Jovens e Adultos	0,32
Ensino Integral	1,07
Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral	2,00

Alunos que frequentam o Atendimento Especializado no contraturno.	0,53
---	------

No município de Tangará da Serra – MT, nos últimos 5 anos os valores transferidos pelo Governo Federal ao PNAE, seguem demonstrados na Tabela 2, Recursos PNAE, evidenciados por ano, valor orçado *versus* valor arrecadado, e posteriormente em tabelas desmembradas por ensino e número de alunos.

Tabela 2. Recursos PNAE Município de Tangará da Serra/MT. Organização dos autores. Fonte: Tangará da Serra/MT, 2020.

Ano	Valor Orçado R\$ (LOA) (a)	Valor Arrecadado R\$ (b)	Resultado (+) ou (-) (c=b-a)	AH % d= b/a*100- 100
2015	1.005.824,00	1.072.052,00	66.228,00	6,58445
2016	1.005.824,00	1.187.220,00	181.396,00	18,03457
2017	1.146.824,00	1.199.174,00	52.350,00	4,56478
2018	1.329.996,00	1.301.104,00	-28.892,00	-2,17234
2019	1.342.824,40	1.251.234,00	-91.590,40	-6,82073

Tabela 2.1. Custo aluno por ensino, no município de Tangará da Serra – MT, para o PNAE, no ano de 2015. Organização dos autores. Fonte: Tangará da Serra – MT, 2020.

Ano	Ensino	nº de alunos/ensino	Valor Arrecadado PNAE/ensino (R\$)	Custo Aluno PNAE por modalidade de ensino/dia (R\$)	Custo Aluno PNAE por modalidade de ensino/ano (R\$)
2015	Fundamental	6592	501.672,00	0,38	76,10
	Creche	1728	299.380,00	0,87	173,25
	Pré-Escola	1980	211.410,00	0,53	106,77
	EJA	11	4.296,00	1,95	390,55
	Especial	950	22.270,00	0,12	23,44
	Indígena	198	33.024,00	0,83	166,79
Total		11.459	1.072.052,00	0,47	93,56

Tabela 2.2. Custo aluno por ensino, no município de Tangará da Serra – MT, para o PNAE, no ano de 2016. Organização dos autores. Fonte: Tangará da Serra – MT, 2020.

Ano	Ensino	nº de alunos/ensino	Valor Arrecadado PNAE/ensino (R\$)	Custo Aluno PNAE por modalidade de ensino/dia (R\$)	Custo Aluno PNAE por modalidade de ensino/ano (R\$)
2016	Fundamental	6693	538.894,00	0,40	80,52
	Creche	1755	360.740,00	1,03	205,55
	Pré-Escola	1998	205.200,00	0,51	102,70
	EJA	73	3.942,00	0,27	54,00
	Especial	1240	14.030,00	0,06	11,31
	Indígena	177	32.004,00	0,90	180,81
Total		11.936	1.154.810,00	0,48	96,75

Tabela 2.3. Custo aluno por ensino, no município de Tangará da Serra – MT, para o PNAE, no ano de 2017. Organização dos autores. Fonte: Tangará da Serra – MT, 2020.

Ano	Ensino	Nº de alunos/en-Sino	Valor Arrecadado PNAE/ensino (R\$)	Custo Aluno PNAE por modalidade de ensino/dia (R\$)	Custo Aluno PNAE por modalidade de ensino/ano (R\$)
2017	Fundamental	7092	543.836,00	0,38	76,68
	Creche	1827	367.438,00	1,01	201,12
	Pré-Escola	2085	235.320,00	0,56	112,86
	EJA	57	3.584,00	0,31	62,88
	Especial	775	11.236,00	0,07	14,50
	Indígena	213	37.760,00	0,89	177,28
Total		12.049	1.199.174,00	0,50	99,52

Tabela 2.4. Custo aluno por ensino, no município de Tangará da Serra – MT, para o PNAE no ano de 2018. Organização dos autores. Fonte: Tangará da Serra – MT, 2020.

Ano	Ensino	nº de alunos/ensino	Valor Arrecadado PNAE/ensino (R\$)	Custo Aluno PNAE por modalidade de ensino/dia (R\$)	Custo Aluno PNAE por modalidade de ensino/ano (R\$)
2018	Fundamental	7180	594.142,00	0,41	82,75
	Creche	1723	413.662,00	1,20	240,08
	Pré-Escola	1957	227.902,00	0,58	116,45
	EJA	48	2.688,00	0,28	56,00
	Especial	533	18.550,00	0,17	34,80
	Indígena	252	44.160,00	0,88	175,24
Total		11.693	1.301.104,00	0,57	111,27

Tabela 2.5. Custo aluno por ensino, no município de Tangará da Serra – MT, para o PNAE, no ano de 2019. Organização dos autores. Fonte: Tangará da Serra - MT, 2020.

Ano	Ensino	nº de alunos/ensino	Valor Arrecadado PNAE/ensino (R\$)	Custo Aluno PNAE por modalidade de ensino/dia (R\$)	Custo Aluno PNAE por modalidade de ensino/ano (R\$)
2019	Fundamental	7035	534.739,21	0,38	76,01
	Creche	1838	403.604,00	1,10	219,59
	Pré-Escola	2117	227.370,00	0,54	107,40
	EJA	104	3.648,00	0,18	35,08
	Especial	471	32.122,79	0,34	68,20
	Indígena	295	49.750,00	0,84	168,64
Total		11.860	1.251.234,00	0,53	105,50

Observa-se que o custo aluno/dia para o Programa Nacional de Alimentação Escolar, nos últimos 05 (cinco) anos, no município de Tangará da Serra – MT foi, em média, de R\$ 0,51, e o custo aluno por ano foi, em média, de R\$ 101,32. É possível observar também uma queda na execução da receita (Valor Orçado X Valor

Arrecadado) nos exercícios financeiros de 2018 e 2019, de 2,17% e 6,82%, respectivamente.

Nos últimos 05 (cinco) anos o maior valor aplicado pelo Governo Federal, no PNAE, em Tangará da Serra- MT foi no ano de 2018, com o montante de R\$ 1.301.104,00. E a modalidade de ensino que em todos os anos apresentou maior aporte financeiro foi no Ensino Fundamental, em média, R\$ 542.656,64/ano. E a modalidade de ensino que menos recebeu recurso financeiro foi o Ensino de Jovens e Adultos – EJA, em média R\$3.631,60/ano.

Enquanto o maior valor aplicado por aluno/dia letivo foi no ensino creche, em média, essa modalidade de ensino recebeu por aluno/dia letivo o valor de R\$ 1,04, enquanto que as demais modalidades de ensino receberam por aluno/dia letivo, em média, o valor de R\$ 0,51.

Foram atendidos pelo programa, nos últimos 05 (cinco) anos, nas escolas municipais de Tangará da Serra – MT, em média, 11.799 alunos.

Pode-se observar pelos dados apresentados do referido município a importância que essa política pública tem e a abrangência de atendimento que ela é capaz de fazer no que tange a segurança alimentar e nutricional do país. Com o objetivo de assegurar ao menos 01(uma) refeição diária aos alunos da rede básica pública de ensino, o PNAE atende nas escolas municipais de Tangará da Serra – MT, em média, 11.799 alunos ao custo médio, para o programa, aluno/dia letivo de R\$ 3,60.

Também com o advento da Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, que exige a garantia do investimento de, no mínimo, 30% dos valores recebidos do FNDE para o PNAE, sejam investidos na aquisição de alimentos da agricultura familiar, o PNAE ganha múltipla funcionalidade enquanto política pública.

Além de contribuir para a segurança alimentar de alunos da rede básica pública de ensino, contribui para a segurança alimentar e a geração de renda no campo. A garantia da aquisição de alimentos da agricultura familiar pelo PNAE incentiva a produção no campo, a comercialização dos produtos locais e preservação da cultura na culinária regional, e garante aos alunos alimentos frescos e de maior qualidade.

Programa de Aquisição de Alimentos – PAA: A política pública voltada para a segurança alimentar no campo.

A Agricultura Familiar caracteriza-se pelo cultivo da terra com mão-de-obra familiar, em pequenas propriedades, enquanto que a agricultura patronal contrata trabalhadores fixos ou temporários, e utiliza de propriedade de médio e grande porte. A agricultura familiar ganhou destaque nas discussões políticas no final do século XX, como importante fornecedora de alimentos e também impulsionadora da economia local (HENTZ e HESPANHOL, 2019).

A agricultura familiar passou a ser evidenciada no estado brasileiro após a década de 1990, anteriormente considerada como improdutiva e pouco contributiva no sistema econômico brasileiro. (HENTZ e HESPANHOL, 2019). Uma visão distorcida e que merece ser arduamente combatida, incentivar a agricultura familiar e associá-la a programas que tem como objetivo combater a insegurança alimentar é garantir renda as famílias que produz, e trazer alimentos às famílias que precisam.

O PAA foi instituído e regulamentado através do artigo 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, e tem como objetivo incentivar a produção dos agricultores familiares e a geração de renda, e promover o acesso à alimentação, o que gera inclusão social das famílias rurais e o combate à fome e pobreza (BRASIL, 2019). O PAA surgiu como política estruturante da estratégia do Programa Fome Zero, é um marco para as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar.

Para atender aos objetivos de incentivar a agricultura familiar e promover o acesso à alimentação, o PAA compra alimentos que são produzidos por agricultores familiares, através de dispensa de licitação, e os destina a quem precisa através das redes socioassistenciais, e também na alimentação escolar, através do PNAE. O programa promove o abastecimento alimentar local, fortalece a comercialização regional e promove hábitos alimentares saudáveis (MDS, 2020).

O PAA é considerado uma política múltipla, pois conta com dois tipos de beneficiários: os beneficiários fornecedores, que são os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas, quilombolas, e demais povos e comunidades tradicionais, e os beneficiários consumidores que são as pessoas que vivem em situação de insegurança alimentar e nutricional (MDS, 2020).

O MDS e a Secretaria Especial da Agricultura Familiar e Desenvolvimento Agrário – SEAD, são os gestores dos recursos que custeiam o PAA, e a articulação da implementação do PAA é feita pela CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento, através das modalidades: Compra com Doação Simultânea (CDS),

Aquisição de Sementes, Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF) e Apoio à Formação de Estoques pela Agricultura Familiar (CPR Estoque) (CONAB, 2019).

Os recursos transferidos pelo MDS e SEAD no período de 2003 a 2018 para o PAA, por regiões do território nacional, durante o período de 2003 a 2018, totalizaram 4 bilhões de reais, com destaque para maior valor de aplicação no ano de 2012, e a região com maior aplicação de recursos foi a região nordeste (CONAB, 2019).

Tabela 3. Demonstração dos recursos transferidos pelo MDS e SEAD no período de 2003 a 2018 para o PAA, por região. Recursos PAA.

Ano	Valor (R\$)					Total
	Centro - Oeste	Nordeste	Norte	Sudeste	Sul	
2003	12.238.974	31.672.408	12.386.912	7.603.665	17.639.249	81.541.207
2004	3.386.094	42.307.978	28.391.528	8.903.396	24.196.831	107.185.826
2005	5.538.352	34.745.917	16.149.222	13.876.678	42.481.492	112.791.660
2006	10.045.899	54.857.717	17.812.507	32.440.707	85.510.564	200.667.394
2007	8.706.953	56.116.343	18.799.859	42.080.968	102.648.840	228.352.963
2008	9.893.516	80.838.353	15.679.112	73.486.284	93.032.175	272.929.439
2009	13.225.303	102.830.480	15.549.939	78.842.348	153.516.158	363.964.228
2010	21.400.943	121.858.906	28.348.787	79.151.714	128.975.115	379.735.466
2011	32.025.103	153.674.198	29.386.137	111.741.509	124.209.257	451.036.204
2012	43.282.942	154.904.344	36.045.217	131.776.716	220.557.912	586.567.131
2013	24.075.247	66.487.273	22.938.796	67.812.376	43.203.433	224.517.124
2014	31.155.531	79.992.989	37.860.917	128.709.065	60.286.440	338.004.942
2015	29.589.161	92.549.198	33.399.258	77.902.561	54.075.037	287.515.216
2016	17.187.827	88.470.743	27.873.958	41.313.390	22.730.799	197.576.718
2017	8.858.337	48.870.701	20.628.993	19.644.592	26.705.879	124.708.502
2018	5.392.765	27.560.385	13.025.289	10.280.649	7.070.990	63.330.078
Total	276.002.947	1.237.737.933	374.276.431	925.566.618	1.206.840.171	4.020.424.100

No ano de 2018 foram disponibilizados para o PAA cerca de 63 milhões de reais, 382 municípios participaram do programa, e 9.675 beneficiários fornecedores tiveram acesso ao PAA (CONAB, 2019). Em Mato Grosso, no ano de 2018, foram formalizados através do PAA R\$ 1.740.239, 32,27% de todo o valor, do PAA, destinado para a região centro-oeste no mesmo ano (CONAB, 2019).

Mato Grosso é conhecido como “o maior celeiro do país”, grande produtor nas culturas de soja, algodão, girassol e feijão, estimam-se na safra 2018/2019 que a produção de MT represente 27,78% da produção nacional (CONAB, 2019), o que deixa tímida a representação da agricultura familiar no Estado frente às monoculturas.

No município de Tangará da Serra – MT, no ano de 2019 foram adquiridos através do PAA, o valor de R\$ 730.204,73, em alimentos para a merenda escolar. E o valor de R\$ 98.716,30 em alimentos para o hospital municipal. Os alimentos destinados a merenda escolar e também para as refeições de pacientes e acompanhantes, internados, no Hospital Municipal, garantem a esses beneficiários consumidores alimentos frescos e de melhor qualidade.

Aos agricultores familiares do município de Tangará da Serra – MT foram garantidos o valor de compra no ano de 2019, na importância de R\$ 828.921,03, recurso este que movimenta a economia local do município, pois com esta renda, estes agricultores familiares, conseguem manter sua unidade produtiva e garantir a sua subsistência. Outro benefício que a política pública do PAA garante é melhor preço de compra para o poder público, pois ficam excluídos gastos de frete, e melhor qualidade nos alimentos adquiridos.

O PAA em seus 15 anos como política pública tem representado grande impacto na segurança alimentar e nutricional do país, de forma múltipla auxilia na segurança alimentar das famílias rurais combatendo a fome no campo, contribui para a melhora na alimentação das escolas através do PNAE, fornecendo alimentos frescos e de melhor qualidade.

O PAA é uma importante política pública para a segurança alimentar no campo, e gera inclusão das famílias rurais. É notório os seus impactos positivos enquanto política, entretanto, a representatividade da agricultura familiar no âmbito agricultura/Brasil ainda é tímida. Buscar o fortalecimento do PAA é um desafio, e sua garantia enquanto política pública estruturante no combate a fome é sem dúvida uma necessidade do Brasil.

As famílias rurais que estão inseridas em programas sociais como o PAA tem a oportunidade de manter a unidade produtiva, através da construção de instrumentos de acesso ao mercado, garantindo a compra do produto e com isso gera trabalho e renda no sistema produtivo, e consequentemente minimiza o êxodo rural e problemas na sucessão da terra, pois geram inclusão.

Além disso, o fortalecimento da agricultura familiar e da produção de alimentos para o mercado interno, também possibilita o fortalecimento da economia regional, injetando recursos no mercado local. Outro impacto direto é o acesso dos consumidores a produtos locais, com custo mais acessível e de melhor qualidade, pois reduz o preço do transporte e são produtos mais frescos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há uma ampla discussão sobre a fome no mundo, relacionadas ao meio urbano e rural, e erradicar a fome e a pobreza é um dos maiores desafios para o estado brasileiro. No Brasil, desde 2003 há produção relativamente ampla sobre a insegurança alimentar e as políticas públicas com o objetivo de combatê-la. Nesse estudo, procurou-se caracterizá-las e relacionar com os impactos na redução da fome e pobreza no país, com uma abordagem para o meio rural.

No estudo apresentado, pode-se observar que as políticas públicas como o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE contribuem para o acesso ao alimento, prerrogativa quando se fala em combate a fome. A garantia do acesso ao alimento as crianças da rede pública básica de ensino, por si só, discorrem sobre a magnitude desse programa e seu impacto no combate à fome, e auxílio para a formação educacional e intelectual dessas crianças.

Pressupõe-se que os programas como PAA asseguram as famílias de agricultores à possibilidade de geração de trabalho e renda com a garantia da compra de sua produção excedente, e conseqüentemente a redução da pobreza, da insegurança alimentar no campo, e a permanência desses agricultores no campo.

Em Tangará da Serra/MT, em média, 11.799 alunos tiveram acesso ao alimento através do PNAE, ao custo de R\$ 0,51/dia para programa. E agricultores familiares foram beneficiados no município, com a aquisição de alimentos através do PAA, com o valor de R\$ 828.921,03.

As políticas públicas voltadas para o combate à fome, através da transferência e geração de renda, podem contribuir de forma impactante, em curto prazo, para a redução da fome, e com impactos em longo prazo, na redução da pobreza. Sugiro trabalhos futuros que possam explorar lacunas não preenchidas por este trabalho, que mereceriam ser enfrentadas e por algum motivo deixaram de ser evidenciadas.

REFERÊNCIAS

AGENDA 2030. **Acompanhando o desenvolvimento sustentável até 2030**. 2018. Disponível em: <http://www.agenda2030.org.br/acompanhe>. Acesso em 02/05/2020.

ALMEIDA, Frankcione Borges de. **Efetividade Social do Programa Bolsa Família na segurança alimentar das famílias rurais no município de Rio Verde (GO)**. 134f. Dissertação (mestrado em Agronegócio) – Universidade Federal de Goiás. Rio

Verde, GO, 2014. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tese/3466>. Acesso em 02/05/2020.

ASSIS, Silmara Christina Rodrigues de; PRIORE, Silvia Eloíza; FRANCESCHINI, Sylvia do Carmo Castro. Impacto do Programa de Aquisição de Alimentos na Segurança Alimentar e Nutricional dos Agricultores. **Ciência e Saúde Coletiva**, 22(2):617-626, 2017. Disponível em www.scielo.br. Acesso em 10 de junho de 2019.

BIRD. **O Banco Mundial no Brasil**. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/overview>. Acesso em 22/06/2019.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federal do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.html. Acesso em 22/06/2019.

_____. Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003. **Discorre sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural e dá outras providências**. Brasília, 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.696.htm. Acesso em 18/09/2019.

_____. Decreto-lei nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. **Regulamenta a Lei nº 11.346/2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN e institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7272.htm. Acesso em 22/06/2019.

BERMÚDEZ, Ana Carla; REZENDE, Constança. COM IDH quase estagnado, Brasil fica em 79º lugar em ranking da ONU. **UOL Notícias**. Em São Paulo e em Brasília, 09 de dezembro de 2019, conteúdo aberto, disponível em <https://noticias.uol.com.br> acesso em 07/11/2020.

CASTRO, Josué de Castro. **Geografia da Fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CONAB. Agricultura Familiar Programa de Aquisição de Alimentos – PAA: Resultados das Ações da Conab em 2018. **Compêndio de Estudos**, v.20. Brasília, fevereiro de 2019. Disponível em: https://www.conab.gov.br/agricultura-familiar/execucao-do-paa/compendio-execucao-do-paa/item/download/25002_c4a4d9329b6c345985c0d6b1aec061ef . Acessado em 22/06/2019.

CARLATOLO, Cássia Maria; MARIANO, Silvana. **As mulheres nos programas de transferência de renda: manutenção e mudanças nos papéis e desigualdades de gênero**. Disponível em www.sinteseeventos.com.br. Acesso em 20/04/2020.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3º edição – Porto Alegre: Artmed, 2010.

DALMAZ, Dayane Santos Silva; HIDALGO, Angela Maria; NUNES, César Aparecido. A proposta de desenvolvimento rural e de educação da fao nos anos 1950 e na atualidade: forjando consensos como disfarce social. **Educ. rev.**, Belo Horizonte , v. 34, e177436, 2018 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982018000100125&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 22/06/2019.

DENES, Guilherme; KOMATSU, Bruno Kawaoka; MENEZES-FILHO, Naercio. Uma Avaliação dos Impactos Macroeconômicos e Sociais de Programas de Transferência de Renda nos Municípios Brasileiros. **Revista Brasileira de Economia**, vol.72, nº3(jul-set. 2018). ISSN 1806-9134 (online). Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71402018000300292#:~:text=As%20regress%C3%B5es%20controlam%20por%20e%20feitos,sociais%20de%20transfer%C3%A2ncia%20de%20renda. Acesso em 05/05/2019.

FAVARO, Thatiana *et al.* **Segurança alimentar em famílias indígenas Teréna, Mato Grosso do Sul, Brasil.** *Cad. Saúde Pública* [online]. 2007, vol.23, n.4, pp.785-793. ISSN 1678-4464. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2007000400006> . Acesso em 22/06/2019.

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil.** São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <https://www.educabrasil.com.br/fnde-fundo-nacional-de-desenvolvimento-da-educacao/>. Acesso em 22/06/2019.

HENTZ, Carla; HESPANHOL, Rosangela Aparecida de Medeiros. O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA: A Evolução de uma Política Pública Múltipla. **Geosul**, Florianópolis, v.34, n.72, p.415-434, mai/ago/2019. Disponível em <http://doi.org/10.5007/1982-5153.2019v34n72p415>. Acesso em 23/08/2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2018.** Rio de Janeiro, IBGE, 2018.

LIRA, W. S. CÂNDIDO, G. A. Análise dos modelos de indicadores no contexto do desenvolvimento sustentável. **Perspec. Contemp**,v. 3, n. 1, p. 31-45, 2008. Disponível em: <http://revista2.grupointegrado.br/revista/index.php/perspectivascontemporaneas/articloe/view/436>. Acesso em 23/08/2019.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). **Programa Bolsa Família: Cadastro Único.** Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico>. Acesso em 22/06/2019.

_____. **Programa Bolsa Família: O que é?.** Brasília, 2014. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e>. Acesso em 22/06/2019.

MONTEIRO, Carlos Augusto. A dimensão da pobreza, da desnutrição e da fome no Brasil. **Estudos Avançados**, vol.17, nº 48, São Paulo, may-ago/2003. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142003000200002> . Acesso em 10/06/2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (FAO). **A Exigibilidade do Direito Humano à Alimentação Adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: relatório final 2010**. Brasília, 2010. Disponível em http://www.fao.org/fileadmin/user_upload/righttofood/docs/seminario%20relatorio%20final%20maio%202010.pdf. Acesso 24/06/2019

_____. **O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: um retrato multidimensional relatório 2014**. Brasília, agosto de 2014. Disponível em http://www.fao.org/fileadmin/user_upload/FAO-countries/Brasil/docs/SOFI_Brasil_2015_final.pdf. Acesso 26/06/2019.

_____. **Fome aumenta no mundo e afeta 821 milhões de pessoas**. Atualizado em 09/10/2018, disponível em <https://nacoesunidas.org/fao-fome-aumenta-no-mundo-e-afeta-821-milhoes-de-pessoas>. Acesso em 22/06/2019.

ROSANELI, Caroline Filla; RIBEIRO, Ana Lúcia Cardoso; ASSIS, Luana de; SILVA, Tânia Mara da; SIQUEIRA, José Eduardo de. A fragilidade humana diante da pobreza e da fome. **Revista Bioética** (Impr.).2015; 23(1):89-97. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1983-80422015231049>. Acesso em 10/06/2019.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento numa economia mundial liberalizada e globalizante: um desafio impossível? **Estudos Avançados**, vol.11 nº.30 São Paulo May/Aug. 1997. Disponível em : <https://doi.org/10.1590/S0103-40141997000200014>. Acesso em 10/06/2019

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: Conceito, tipologias e sub-áreas**. Goiás: Fundação Eduardo Magalhães, 2002. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/3843/material/001-%20A-%20POLITICAS%20PUBLICAS.pdf>. Acesso em 10/06/2019.

_____. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez-2006, p. 20-45. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16.pdf>. Acesso em 21/07/2019.

SOUZA, Celina, HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES. **Estado da arte da pesquisa em políticas públicas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Josué de Castro e a Geografia da Fome no Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro , v. 24, n. 11, p. 2710-2717, Nov. 2008 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102311X2008001100027&lng=en&nrm=iso. Acesso em 21/07/2019.

IMPACTOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA: uma discussão sobre o perfil e a renda das famílias beneficiárias no município de Tangará da Serra – MT.

[Revista de Políticas Públicas/UFMA]

Angela Nascimento da Silva

Mestranda no Programa de Mestrado em Ambiente e Sistema de Produção Agrícola,
da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT.
Contadora do Município de Tangará da Serra – MT.
angela@tangaradaserra.mt.gov.br

D.Sc. Raimundo Nonato Cunha de França.

Professor no Programa de Mestrado em Ambiente e Sistema de Produção Agrícola,
da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT.
Professor no Programa de Mestrado em Sociologia da Universidade Federal do
Estado de Mato Grosso – UFMT.
raimundofranca@unemat.br

D.Sc. Danielle Storck Tonon

Professora visitante no Programa de Mestrado em Ambiente e Sistema de Produção
Agrícola, da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT.
danistorck@gmail.com

Resumo

Objetivo: avaliar o impacto social e econômico que o PBF possibilita na vida das famílias beneficiárias e identificar o perfil e a renda das famílias beneficiárias do PBF no município de Tangará da Serra – MT. **Método:** O estudo caracteriza-se por uma abordagem transversal, descritiva e analítica, com aspectos qualitativos e quantitativos, pois investiga sobre dados do Programa Bolsa Família (PBF). Foi realizada pesquisa bibliográfica sobre o PBF, e coleta de dados através do CADÚnico e Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Tangará da Serra, localizado na mesorregião do sudoeste mato-grossense. **Conclusão:** O PBF contribui de forma significativa para a segurança alimentar de milhões de brasileiros, e representa impactos na superação da pobreza e pobreza extrema. Os impactos do PBF nas famílias beneficiárias que residem no município de Tangará da Serra – MT são de ordem econômica, e também social.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família, Pobreza Extrema, Transferência de Renda.

Abstract

Objective: To evaluate the social impact and economic than the PBF makes it possible in life of beneficiary families and identify profile and income of beneficiary families of PBF in the municipality of Tangara da Serra – MT. **Method:** The study characterized for an approach transversal, descriptive and analytical, with qualitative and quantitative aspects, because it investigates about elements of Program Family Bag (PBF). It was made bibliographic research about the PBF, and collect elements through of CADÚnico and Municipal Social Assistance Secretariat from the municipality of Tangara da Serra, located in the mesoregion of southwest Mato Grosso. **Conclusion:** The PBF contributes significantly for food security of millions of

Brazilians, and represents impacts in overcoming of poverty and extreme poverty. The impacts of PBF in beneficiary families who reside in the municipality of Tangara da Serra – MT they are economic order, and also social.

Key Words: Program Family Bag, Extreme Poverty, Income Transfer.

INTRODUÇÃO

A fome é oriunda da restrição de alimentos, em qualidade e quantidade adequada à vida humana, normalmente atinge às populações carentes, é causada principalmente por conflitos políticos, que geram instabilidade econômica e desigualdades sociais. Historicamente, o Brasil é conhecido pelas desigualdades sociais, e por décadas esteve no mapa mundial da fome.

A partir de 2003, o governo brasileiro tornou como uma de suas principais agendas de governo o combate à fome, e estrategicamente, criou políticas públicas que visavam o combate à fome e a redução da pobreza, tais como o PBF, PNAE, PAA e a PNSAN.

O PBF contribui de forma significativa para a segurança alimentar de milhões de brasileiros que vivem em situação de pobreza no país, esta importante política pública surgiu durante o governo Lula (2003-2010), e nasceu da unificação de outras políticas como auxílio-gás, vale alimentação, bolsa escola, elaborada durante o governo Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002), e que tinham como objetivo a transferência de renda e o combate à fome (MDS, 2019).

No governo Lula (2003 – 2010) e Dilma (2011 – 2014), o PBF foi massivamente ampliado, como política integrante da Estratégia Fome Zero, seu objetivo principal é o combate à fome e a pobreza extrema. Mas é discutido nas literaturas os efeitos de segunda ordem do PBF no desenvolvimento do país, tanto em aspectos econômicos, pois as famílias beneficiárias consomem o valor do benefício no comércio local, em açougues, mercados, papelarias, lojas de vestuário, e também os efeitos sob aspectos sociais, como na área de saúde e educação, condicionantes para acesso e permanência no programa.

Atualmente, o PBF representa 0,5% do PIB brasileiro, e beneficia 14.339.058 famílias em todo o território nacional, essas famílias recebem em média o valor de R\$ 186,73 (MDS, 2019). O atual governo, Jair Bolsonaro (2019-2023), estuda a reestruturação do Programa Bolsa Família, e sua substituição para o programa Renda Brasil. Uma das propostas discutidas é o aumento do valor do

benefício mediante uma renda mínima que teria valor aproximado de R\$ 300,00 (ESTHER, 2020).

O Programa tem enfrentado problemas que já haviam sido superados, como filas de espera para novas famílias cadastradas terem acesso ao programa, a falta de reajuste dos valores pagos do benefício, que não acontecem desde o ano de 2016, e a concessão do 13º salário, proposto durante o período de campanha do atual governo, e pago no final do exercício de 2019, entretanto, não se sabe quanto à continuidade, ponto que prejudica o PBF enquanto política pública que visa à ajuda aos que necessitam, em caráter de urgência, para a manutenção de suas necessidades básicas.

Buscar o fortalecimento do PBF, enquanto política estruturante é de extrema relevância para o desenvolvimento do país, pois reflete impacto não somente no desenvolvimento econômico, garantindo um complemento de renda para a segurança alimentar, mas contribui para melhora em indicadores sociais do país. Elaborar políticas públicas é atender as demandas sociais da população, e consequentemente há o reflexo em diversos setores da economia do país, do Estado e do município em que habita essa população (ALMEIDA, 2014).

O presente trabalho tem como objetivo avaliar aspectos sociais e econômicos que o PBF possibilita na vida das famílias beneficiárias, no município de Tangará da Serra – MT e Identificar o perfil e a renda das famílias beneficiárias do PBF em Tangará da Serra – MT. A escolha do município para o estudo decorre da localidade, pois encontra-se a 240km da capital de Mato Grosso, Tangará da Serra é o 5º município do Estado de Mato Grosso em população, com 103.750 habitantes (IBGE, 2018), e pela forte representatividade econômica no Estado, na prestação de serviços, agropecuária, indústria e agricultura.

Atualmente, em Mato Grosso 517.119 famílias foram atendidas pelo PBF, dessas 5.172 famílias estão relacionadas com o meio rural, e no município de Tangará da Serra/MT 1984 famílias foram atendidas pelo PBF, 133 famílias estão relacionadas com o meio rural, e receberam em média o valor de R\$ 148,69 (MDS, 2020).

METODOLOGIA

O estudo caracteriza-se por uma abordagem transversal, descritiva e analítica, com aspectos qualitativos e quantitativos, pois investiga dados do PBF, um

programa social do governo brasileiro que tem como objetivo o combate à fome e a pobreza, analisa e interpreta os dados coletados (CRESWELL, 2010).

A abordagem inicial consistiu na realização de pesquisa bibliográfica sobre o PBF na legislação de criação da política pública, a Lei nº 10.836 de 09 de janeiro de 2004, e em artigos que refletem sobre os impactos de ordem sociais e econômicos para as famílias beneficiárias, a partir do seguinte descritor: Programa Bolsa Família, nas bases de dados www.scielo.br/scielo, <https://scholar.google.com.br>, e <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>.

A segunda abordagem foi por meio da análise de dados coletados na base de dados de cadastros para acesso a programas sociais do governo federal, CADÚnico, e na Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Tangará da Serra – MT. Os dados foram tratados por famílias, e categorias relacionadas ao meio em que a família reside, a classificação foi em urbana, rural, acampadas e indígenas.

O município de Tangará da Serra - MT encontra-se na região Médio Norte do Estado de Mato Grosso, com população de 103.750 habitantes (IBGE 2018), e PIB de R\$ 2.969.299,25, representa 2,1% do PIB do estado de MT. A prestação de serviços possui forte representatividade na economia. Na agricultura, o destaque é para a produção de soja e cana-de-açúcar, e também possui forte produção na agricultura familiar, entretanto, tímida frente a representatividade das monoculturas.

Possui Índice de Desenvolvimento Humano IDH de 0,729, considerado alto, e coeficiente de Gini de 0,44, entretanto, ainda possui problemas com desigualdade social e pobreza, sendo necessário que a população tenha acesso a programas socioassistenciais do governo federal, como o PBF, objeto deste estudo.

Foram analisados dados de 1466 famílias atendidas pelo PBF no município de Tangará da Serra/MT, as variáveis analisadas foram locais em que a família reside, sexo do titular, idade do titular, quantidade de crianças por famílias, quantidade de membros por família, renda do PBF por tipo de benefício e a relação entre o valor do PBF por família e a quantidade de membros por família.

DISCUSSÃO

Programa Bolsa Família: um breve histórico abordando o contexto nacional e local e suas especificidades com o meio rural.

Um dos maiores desafios de um governo é promover o desenvolvimento social e econômico de uma nação, o desenvolvimento econômico e a temática que envolve o meio ambiente se inter-relacionam com o desenvolvimento social (LIRA *et al.*, 2008). Diminuir as desigualdades sociais e combater a fome e a pobreza é basilar da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável (IBGE, 2018).

A agenda 2030 é um plano de ação que tem como objetivo tornar o mundo um lugar melhor, visando o desenvolvimento social e econômico de forma sustentável, até o ano de 2030, sem deixar ninguém para trás, e tem como foco para que essa transformação aconteça, e reconhece como maior desafio, o combate à fome e a erradicação da pobreza (AGENDA 2030). Essa agenda foi elaborada em setembro de 2015 quando representantes dos 193 estados-membros se reuniram em Nova York, possui 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas (AGENDA 2030).

Atualmente, o Brasil caminha contrário aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da agenda 2030, com a redução do orçamento público, e a aprovação da PEC 95 que limita os gastos públicos em 20 anos, as políticas sociais e ambientais têm sofrido redução de valores ou até mesmo tido os seus recursos zerados, o que aprofunda, no país, as desigualdades sociais e de gênero, aumento da pobreza e da fome (GTA AGENDA 2030, 2018).

O Brasil obteve resultados positivos no combate à fome e a erradicação da pobreza, durante o governo Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2014), e conseguiu retirar mais de 29 milhões de pessoas da pobreza extrema e pobreza (BIRD, 2019). Os fatores que auxiliaram na redução da pobreza extrema e pobreza foram o acesso ao trabalho e renda, e a implementação de políticas públicas, que tinham como estratégia principal: o combate à fome por meio da transferência de renda, a geração de renda por meio da produção de alimentos no campo, e a política do salário mínimo (MDS, 2020).

A política pública do salário mínimo, no Brasil, tornou-se estruturante e ininterrupta, durante os anos de 2003 a 2014, com o objetivo da redução da desigualdade social e a distribuição de renda. Esse modelo visa o fortalecimento e o desenvolvimento do mercado interno por meio do consumo das famílias, incentivadas pelo aumento do salário mínimo, consomem mais no açougue, no mercadinho do bairro, em lojas de vestuário, materiais escolares (RIBEIRO; SERENO, 2019).

Já o PBF, massivamente ampliado às famílias de baixa renda, também é uma política pública que visa à distribuição de renda e o combate à fome. Contudo, é um programa de transferência direta de renda, que se caracteriza por ser um complemento de renda e não um substitutivo. O PBF nasceu da unificação de outros programas de transferência de renda, foi criado em 2003 por meio da medida provisória nº 132 e regulamentado em 2004 através da Lei nº 10.836 de 9 de janeiro de 2004 (DENES, *et al.*, 2018).

O PBF atende as famílias que vivem em situação de extrema pobreza e pobreza, as quais são classificadas com renda de até R\$ 89,00 mensais por pessoa, e entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00 mensais por pessoa, respectivamente (BOLSA FAMÍLIA, 2019). O valor do benefício recebido por família será variável conforme a composição de quantidade de membros por família e a renda per capita da família.

Tabela 1. Organograma do PBF, por tipo de benefícios, condicionalidades e valor. Fonte: Bolsa Família, 2019. Organização dos autores.

Tipo de Benefício	Quem pode receber	Condicionalidades	Valor
Benefício Básico	Apenas as famílias extremamente pobres	Renda mensal por pessoa de até R\$89,00.	R\$89,00
Benefício variável vinculado à criança ou ao adolescente de 0 a 15 anos.	Famílias com renda mensal até R\$178,00 por pessoa, que tenham em sua composição crianças de 0 a 15 anos	Crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos devem estar matriculados na escola e ter frequência mínima de 85% mês nas aulas. Crianças menores de 7 anos manter carteira de vacinação em dia, acompanhamento de peso e altura.	R\$41,00
Benefício variável vinculado à gestante	Famílias com renda mensal de até R\$178,00 por pessoa e que tenham grávidas em sua composição	São repassadas nove parcelas mensais, e é preciso que a informação da gravidez seja feita pela área da saúde. Devem fazer o pré-natal.	R\$41,00
Benefício variável vinculado à nutriz.	Famílias com renda mensal de até R\$178,00 por pessoa, e que tenham em sua composição crianças de 0 a 6 meses.	São pagas 6 parcelas mensais, e para ser concedido a criança precisa ter seus dados incluídos no CADÚnico.	R\$41,00
Benefício variável ao adolescente	Famílias com renda mensal de até R\$178,00 por pessoa e que tenham adolescentes entre 16 e 17 anos em sua composição. É limitado 2 BVJ por família	Adolescentes entre 16 e 17 anos devem estar matriculados na escola, e ter frequência mínima de 75% mês nas aulas.	R\$48,00
Benefício para superação da extrema pobreza	Famílias que continuam com renda mensal por pessoa inferior a R\$89,00, mesmo após receberem outros tipos de benefícios do programa.	O valor do benefício é calculado caso a caso, de acordo com a renda e a quantidade de pessoas da família, para garantir que a família ultrapasse o piso de R\$89,00 de renda por pessoa.	O Valor é variável conforme a necessidade da família.

As condicionalidades na área da saúde e educação para compor o valor do benefício, é um compromisso assumido entre as famílias que recebem o PBF e o governo federal. E juntamente com o objetivo de garantir a segurança alimentar, promove mudanças nos indicadores sociais e econômicos das famílias que vivem em situação de pobreza extrema e pobreza. As condicionalidades vinculadas às áreas da saúde e educação contribuem para a redução da pobreza (DENES *et al.*, 2018).

Em todo o território nacional há, no primeiro quadrimestre de 2019, 27.928.695 famílias inscritas no Cadastro Único para programas sociais do governo federal. São 75.733.164 pessoas cadastradas, o que representa cerca de 36,41% do total da população brasileira. No mês de maio de 2019 foram beneficiadas 14.339.058 famílias, que receberam em média o valor de R\$ 186,73. (MDS, 2019).

O valor total transferido pelo governo federal, no mês de maio de 2019, foi de R\$ 2.677.539.162,00, esse valor equivale a 0,08% do total do Orçamento da União para o exercício financeiro de 2019, aprovado no montante de R\$ 3,38 trilhões de reais (SENADO, 2019). A representatividade frente ao orçamento do governo federal é importante para a discussão sobre a relação valor aplicado e impacto econômico e social da política pública no país, há literaturas que discutem sobre o aumento da renda das famílias pela transferência direta e os impactos de segunda ordem (DENES *et al.*, 2018).

No mês de maio de 2020, em todo o território nacional, foram beneficiadas pelo PBF 14.281.761 famílias, que receberam em média o valor de R\$168,75, e totalizou o montante de R\$ 2.410.111.249 (MDS, 2019), o que representa 0,06% do total do orçamento da união para o exercício de 2020, aprovado em R\$ 3,6 trilhões de reais (SENADO, 2020). E o total de famílias cadastradas no CADÚnico, no mesmo período avaliado em 2020, representa 28.605.430 famílias, são 676.735 famílias a mais que o mesmo período de 2019, um aumento de 2,37%.

Do total de famílias beneficiadas pelo PBF em todo território nacional, em 2019 1.340.551 famílias estavam relacionadas com o meio rural, e no ano de 2020 esse número representa 1.391.186 famílias. São famílias de agricultores, assentados da reforma agrária, acampados e beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (MDS, 2020). As prioridades das famílias rurais são diferenciadas das famílias urbanas, não sendo o benefício sempre gasto com itens de alimentação, peculiar a especificidades do rural (ALMEIDA, 2014).

No município de Tangará da Serra – MT, 1.466 famílias receberam o PBF em maio de 2019, o governo federal transferiu R\$ 287.554,00. O valor médio do benefício, por família, foi de R\$ 160,82 (MDS, 2019). Essas famílias representam 1,41% da população total do município (MDS, 2019). No mesmo período em 2020, 1984 famílias foram beneficiadas pelo PBF, receberam em média o valor de R\$ 148,69, e o valor total transferido pelo governo federal foi de R\$ 295.010,00 (MDS, 2020).

O PBF reflete na situação econômica das famílias que o recebem, e retorna para o comércio do município em que residem. As famílias gastam o benefício em alimentação, material escolar, lojas de vestuário, pressupõe-se que o PBF impacta a economia familiar, local e consequentemente nacional. (DENES *et al.*, 2018). As políticas públicas precisam inter-relacionar Estado, política, economia e sociedade, pois toda política pública, de alguma forma, causa repercussão na sociedade e economia (SOUZA, 2006).

No campo, a insegurança alimentar e nutricional é crescente, associada à pobreza, faltam recursos as famílias para a satisfação das necessidades básicas, como a compra de material escolar, vestuário, higiene, e até mesmo a aquisição de alimentos adequados a segurança nutricional. Com o novo modelo de desenvolvimento rural, o objetivo tem sido o fortalecimento da agricultura familiar, mediante políticas públicas que visem à sustentabilidade ambiental e a segurança alimentar e nutricionais (ALMEIDA, 2014).

O PBF enquanto política pública possibilita o atendimento em larga escala, de famílias brasileiras que vivem em estado de pobreza extrema e pobreza, e que tem a necessidade da ajuda do Estado para garantir a sua subsistência e se desenvolver economicamente, entretanto, as condicionalidades impostas ao programa, possibilitam não só o desenvolvimento econômico, como também o social, com o acesso a áreas como a educação e saúde, e dá ao cidadão o sentimento de pertencimento a sociedade (ROSANELI *et al.*, 2015).

Sendo assim, o desenvolvimento do país, passa a ter como condicionante não somente o crescimento econômico, mas também as condições de vida em que essa população está inserida. Para tanto, é necessário avaliar quais são os aspectos sociais e econômicos que a política pública traz para a população. De acordo com Ignacy Sachs (1997):

O desenvolvimento, segundo entendemos hoje, é um conceito abrangente diferente de crescimento econômico, ainda considerado uma condição necessária, mas de forma alguma suficiente, incluindo as dimensões ética, política, social, ecológica, econômica, cultural e territorial, todas elas sistematicamente inter-relacionadas e formando um todo. (SACHS, 1997, p.215)

A avaliação do PBF para o Brasil vai além dos aspectos econômicos e de segurança alimentar, permitindo ao PBF uma visão holística do conceito de políticas públicas. E ainda sobre a avaliação de políticas públicas no Brasil, pode-se referenciar Celina Souza, quando escolhe como melhor definição do conceito de política pública: “A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam em responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz” (SOUZA, 2006, p.24).

Neste contexto avaliar quais os impactos econômicos e sociais que o PBF gera na vida das famílias beneficiárias, responde exatamente uma das questões essenciais para avaliação de políticas públicas, “que diferença faz? ”.

O Perfil das Famílias Beneficiárias do Programa Bolsa Família no Município de Tangará da Serra – MT.

No município de Tangará da Serra/MT são 1466 famílias beneficiadas pelo PBF, no presente trabalho essas famílias foram classificadas por categoria, sendo esta classificação relacionada ao local em que a família reside: se na área urbana, área rural, acampamentos ou em aldeias indígenas. Em sua maioria 86,77% das famílias beneficiárias residem na área urbana, demonstrada na figura 01.

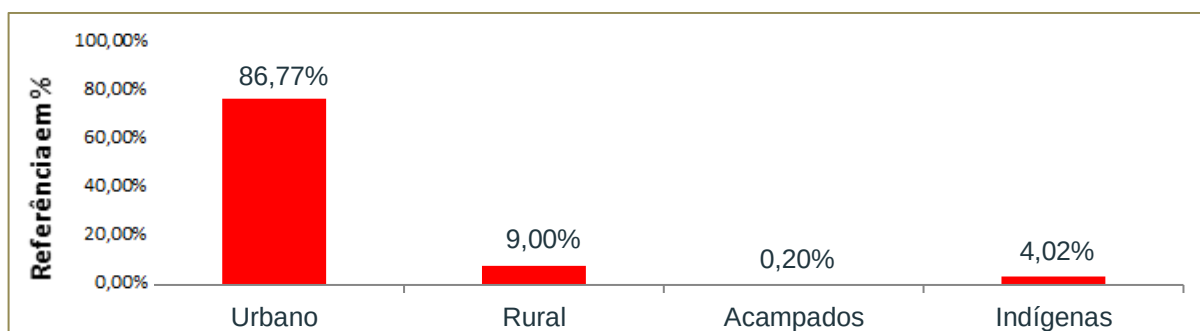


Figura 1: Número de famílias por categoria. Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Tangará da Serra/MT, adaptado pelos autores outubro/2019.

No município de Tangará da Serra - MT, no ano de 2019, 133 famílias cadastradas CADÚnico estão relacionadas com o meio rural, e representam 9,00%

do total das famílias beneficiárias no município (MDS, 2019). A modernização no campo contribui para o aumento da pobreza, através da concentração de terras e renda, impactos nas florestas e recursos naturais, e por vezes o pequeno produtor encontra-se em situação de falta de renda e produção para sua própria subsistência (ALMEIDA, 2014).

Os Titulares das famílias beneficiárias no município de Tangará da Serra/MT, que se encontram na faixa etária entre 21 a 40 anos representam 69,10%, e sua menor representatividade, 0,14% para pessoas em idade acima de 71 anos. Logo, pode-se observar, na figura 2, que a maioria das famílias beneficiárias do município tem como titulares pessoas em idade produtiva, sendo esta considerada no Brasil entre 15 e 65 anos (IBGE, 2019), e residem na área urbana.

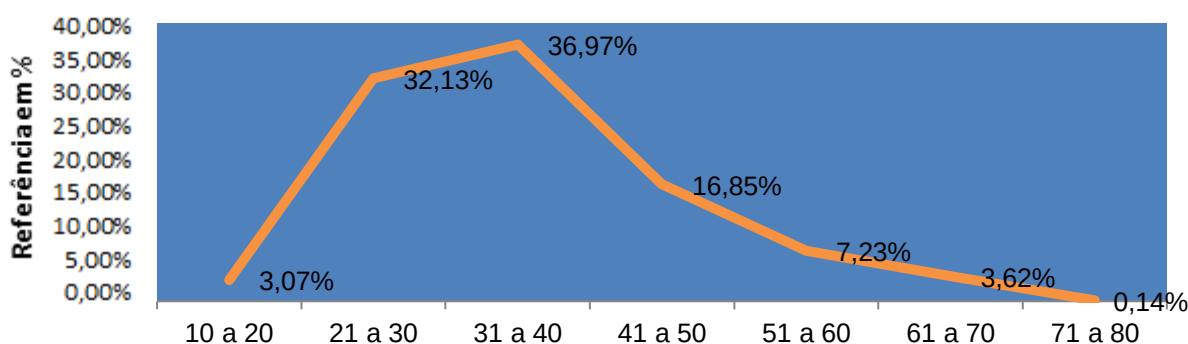


Figura 2: Idade do Titular. Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Tangará da Serra/MT, adaptado pelos autores outubro/2019.

A representatividade Feminina no Programa Bolsa Família em Tangará da Serra/MT e a relação com as condicionalidades associadas as crianças e composição do benefício.

O sexo feminino é maioria entre os titulares das famílias beneficiárias de Tangará da Serra - MT, representando 92,29%. A representatividade feminina nos programas de transferência de renda é uma variável paradigmática na discussão titularidade e cumprimento das condicionalidades estabelecidas nesses programas. O fato da mulher ser incluída como titular a torna representante do grupo familiar, e traz entre outras discussões, o empoderamento feminino, a autoestima, e o papel da mulher como mãe-cuidadora (CARLOTO e MARIANO, 2020).

Os programas de transferência de renda, a exemplo o PBF, têm como foco a garantia da renda familiar com objetivo de combate à fome e a pobreza, e associa condicionalidades ligadas à área da saúde e educação. A mulher, portanto, é foco

nessa interlocução entre condicionalidades e o objetivo ao combate à fome e a pobreza, pois sendo mãe, responsável historicamente e culturalmente pelos cuidados à família, seria a garantia da destinação dos recursos financeiros às necessidades básicas familiares (CARLOTO e MARIANO, 2020).

Os programas sociais de transferência de renda como o auxílio-gás, bolsa escola, bolsa alimentação, implementados durante do governo Fernando Henrique (1995-2002), traziam expressamente na legislação, que preferencialmente o titular seria a mulher-mãe, e atualmente o PBF, que não traz essa preferência expressamente na legislação, mas historicamente continua sendo repetida a preferência à titularidade feminina, como evidencia a forte representatividade das mulheres como titular das famílias beneficiárias em Tangará da Serra - MT.

A titularidade da mulher nessas políticas públicas, assim como em projetos sociais que visam à geração de renda mediante trabalhos manuais, atribui papel à mulher como responsável por aquele recurso financeiro, as condicionalidades ligadas à área da saúde e educação são culturalmente associadas aos cuidados da mulher na família, e essa relação condicionalidades e titularidade representam à mulher a obrigação de fazer (CARLOTO e MARIANO, 2020).

A discussão titularidade *versus* condicionalidades e obrigação de fazer leva ao empoderamento feminino “mulheres que nem sequer tinham documentos, passam a ter um cartão de banco” (CARLOTO e MARIANO, 2020, pag. 2). A titularidade feminina traz “voz” à política pública do PBF em relação às discussões de políticas de gênero, e propicia impactos sociais como empoderamento feminino no grupo familiar e aumento da autoestima da mulher.

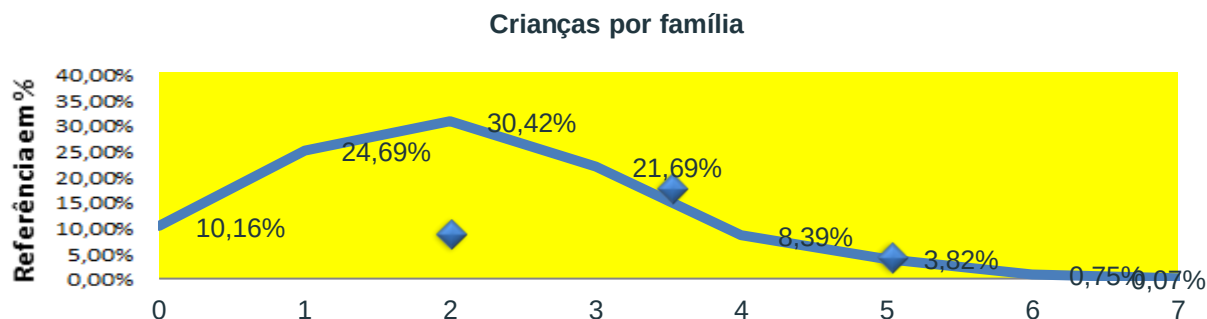


Figura 3: Número de crianças por família. Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Tangará da Serra/MT, adaptado pelos autores outubro/2019.

A figura 3 evidencia o número de crianças por família, na composição de membros das famílias beneficiárias de Tangará da Serra – MT, 76,80% possuem entre 1 a 3 crianças, somente 0,07% possuem em sua composição até 7 crianças, e

10,16% das famílias possuem em sua estrutura 0 crianças, o que indica que 10,16% das famílias beneficiárias do PBF em Tangará da Serra – MT o recebem não por ter crianças em sua composição, mas sim por encontrar-se em situação de pobreza extrema.

Para análise do número de crianças por família foi utilizado um conjunto de dados com 08 (oito) elementos considerando o número de crianças por família, o mínimo encontrado no conjunto de dados foi 0 crianças e o máximo 7 crianças, com amplitude 7. A média de crianças por família foi de 3,5 e o desvio padrão de 2,29.

Nas famílias que possuem crianças em sua composição, 51,52% das crianças são do sexo feminino, e o maior número de crianças por família encontra-se nas famílias indígenas. Há preocupações com a segurança alimentar dos povos indígenas, estudos revelam que há nanismo nas crianças, baixo consumo de alimentos considerados nutritivos e a desaplicação de cultivos tradicionais por esses povos (FÁVARO *et al.*, 2007).

O valor do benefício recebido pelas famílias beneficiárias em Tangará da Serra/MT, segue representado na figura 4, 63,01% estão relacionados à crianças entre 0 e 17 anos, sendo que 51,6% recebem o benefício no valor de R\$ 41,00 por terem em sua composição crianças com idade de 0 a 15 anos, condicionadas as crianças menores de 7 anos estarem com acompanhamento em dia de vacinação, peso e altura, e as crianças de 6 a 15 anos estarem matriculadas na escola e permanecerem com frequência mínima de 85% mês/aula.

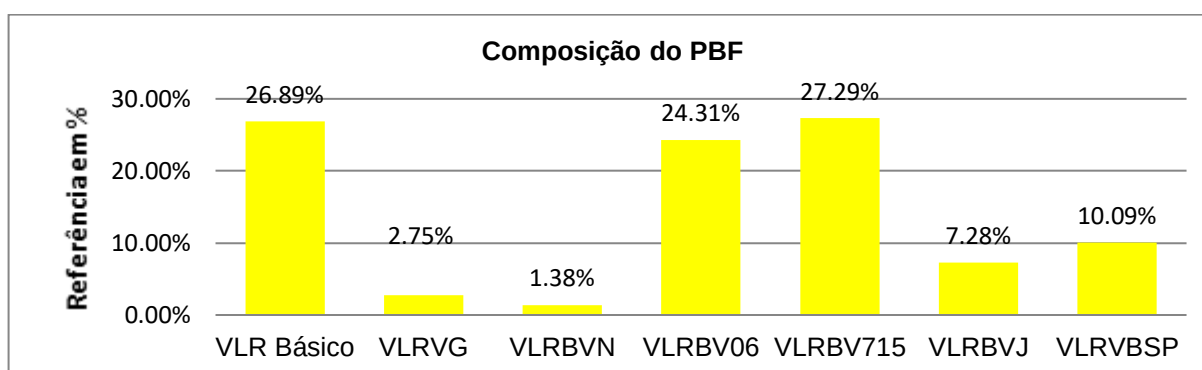


Figura 4: Composição do Programa Bolsa Família. Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Tangará da Serra/MT, adaptado pelos autores outubro/2019.

As famílias que recebem o benefício variável no valor de R\$ 48,00 por terem em sua composição adolescente com idade de 16 e 17 anos, limitado o recebimento em 02 (dois) adolescentes por família, representam 7,28%. O recebimento do

benefício também está condicionado a frequência mínima de 75% desses adolescentes nas aulas/mês.

Destaca-se que as condicionalidades do programa relacionadas à saúde e educação estão particularmente ligadas aos cuidados maternos, já discutidos anteriormente na predominância feminina como titular do benefício. É possível observar a relação existente entre a composição ou agregação do valor econômico do benefício, com a influência do número de crianças na família e o sexo do titular.

Também é destaque nessa análise, o fato de 10,09% das famílias beneficiárias precisarem receber complemento para superar a extrema pobreza, faixa econômica com piso de R\$ 89,00 per capita, são 352 famílias beneficiárias no município analisado que necessitou complemento de valor para superar essa condição, estatisticamente a média de 733 e desvio padrão populacional de 381.

Observou-se no estudo analisado que existe forte relação entre a quantidade de membros na composição da família e o valor recebido do benefício, sendo que a família que possui em média 12 (doze) membros recebe em média o valor de R\$ 800,00 do PBF, e a família que possui 01 (um) membro recebe em média o valor de R\$ 89,00, conforme evidencia a figura 5.

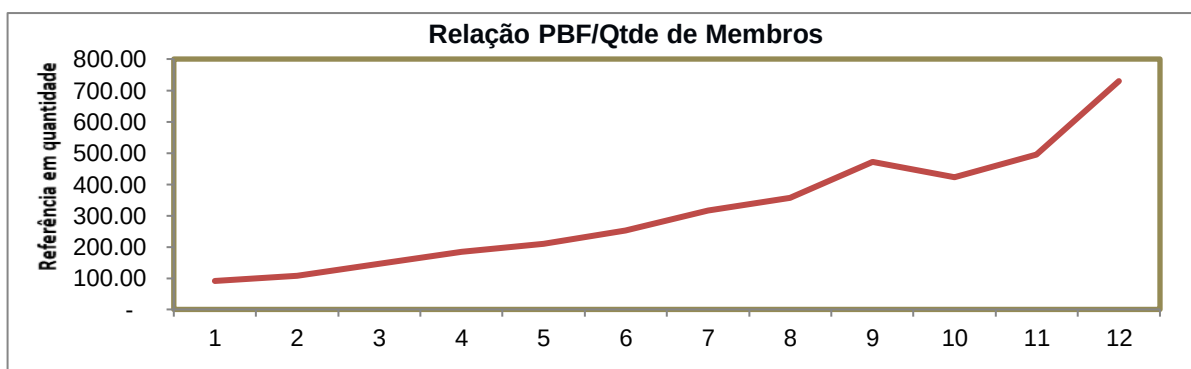


Figura 5: Relação PBF *versus* Quantidade de Membros. Fonte: Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Tangará da Serra/MT, adaptado pelos autores outubro/2019.

E os maiores valores do benefício recebido são pelas famílias indígenas, onde é encontrado também o maior número de membros, evidenciando a forte relação entre valor econômico do Programa Bolsa Família e quantidade de membros na composição familiar. Atualmente, o governo federal estuda uma reestruturação completa do PBF, desde o nome dado programa que passaria a chamar-se “Renda Brasil” até o valor destinado às famílias.

O PBF impacta de forma direta a segurança alimentar e a condição de vida das famílias brasileiras mais vulneráveis, tanto as que residem no meio urbano, rural, ou até mesmo famílias de etnia indígena, ou famílias que vivam em condição de acampadas. É preocupante a atual situação do PBF que contém famílias em “fila de espera” para ter acesso ao programa, uma vez que a fome e as necessidades básicas de sobrevivência são urgentes e não esperam.

O Relatório Luz da Agenda 2030 aponta que o Brasil teve um retrocesso em relação à extrema pobreza e pobreza, retornando aos números de 2005 e 2009 respectivamente (GTA AGENDA 2030, 2018). Para que o Brasil retorne os avanços no combate à fome e pobreza é necessário a reconstrução das políticas públicas para o enfrentamento à fome e pobreza, como prioridade da agenda de governo, zelando pela redução das desigualdades sociais no meio rural, populações indígenas, assegurando a inserção social e econômica de todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PBF contribui de forma significativa para a segurança alimentar de milhões de brasileiros, representa impactos no auxílio à superação da pobreza e pobreza extrema. De fato, é uma política pública que com o objetivo do combate à fome tem efeitos de segunda ordem que se inter-relacionam com diversas áreas sociais, como educação, saúde, e econômica, mediante o fortalecimento do mercado interno motivado pelo consumo das famílias beneficiárias.

Em Tangará da Serra – MT o PBF alcança 1466 famílias, das quais 352 famílias encontram-se em situação de pobreza extrema, com renda per capita abaixo de R\$ 89,00 mensais. Pressupõe-se que os impactos desse programa nas famílias beneficiárias que residem no município de Tangará da Serra – MT são de ordem econômica, uma vez que o valor recebido auxilia na superação da pobreza extrema, e por efeito de segunda ordem, contribui para o desenvolvimento econômico do município, pois o valor do benefício é gasto no comércio local, em alimentos, produtos de higiene pessoal, material escolar, e outros.

Pressupõe-se também que há impactos de ordem social, na área da educação e saúde, com aumento da escolaridade infanto-juvenil e acompanhamento de saúde, pois essas são condicionantes para o acesso e o recebimento regular do benefício. Na área de políticas de gênero, pois contribui para o empoderamento

feminino, dando voz à mulher no âmbito familiar. E no sentimento de pertencimento do cidadão, essa política pública, atingindo o seu objetivo de combate à fome e a pobreza, por meio da distribuição de renda, contribui para que os membros dessa família possam dizer “eu resido aqui”, “eu compro aqui” ou “eu tenho um cartão de banco”, sentimentos simples e que refletem diferenças gigantescas na sociedade brasileira.

O presente trabalho buscou fazer inferências aos possíveis impactos econômicos e sociais que o PBF possibilita às famílias beneficiárias sugere-se novos estudos que venham a preencher lacunas que não foram atendidas por este trabalho, tais como abrangência em território nacional e estudo de caso que possibilite a mensuração do impacto econômico do PBF na economia local.

REFERÊNCIAS

AGENDA 2030. **Acompanhando o desenvolvimento sustentável até 2030**. 2018. Disponível em: <http://www.agenda2030.org.br/acompanhe>. Acesso em 02/05/2020.

ALMEIDA, Frankcione Borges de. **Efetividade Social do Programa Bolsa Família na segurança alimentar das famílias rurais no município de Rio Verde (GO)**. 134f. Dissertação (mestrado em Agronegócio) – Universidade Federal de Goiás. Rio Verde, GO, 2014. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tede/3466>.

ASSIS, Silmara Christina Rodrigues de; PRIORE, Silvia Eloíza; FRANCESCHINI, Sylvia do Carmo Castro. Impacto do Programa de Aquisição de Alimentos na Segurança Alimentar e Nutricional dos Agricultores. **Ciência e Saúde Coletiva**, 22(2):617-626, 2017. Disponível em www.scielo.br, acesso em 10 de junho de 2019.

BIRD. **O Banco Mundial no Brasil**. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/brazil/overview>. Acesso em 22/06/2019.

BRASIL. **Constituição (1988) J. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.html. Acesso em: 22/06/2019.

_____. Decreto-lei nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. **Regulamenta a Lei nº 11.346/2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN e institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7272.htm. Acesso em: 22/06/2019.

_____. Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003. **Discorre sobre a repactuação e o alongamento de dívidas oriundas de operações de crédito rural e dá outras**

providencias. Brasília, 2003. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.696.htm. Acesso em 18/09/2019.

CASTRO, Josué de Castro. **Geografia da Fome: o dilema brasileiro: pão ou aço.** Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CONAB. Agricultura Familiar Programa de Aquisição de Alimentos – PAA: Resultados das Ações da Conab em 2018. **Compêndio de Estudos**, v.20. Brasília, fevereiro de 2019. Disponível em: https://www.conab.gov.br/agricultura-familiar/execucao-do-paa/compendio-execucao-do-paa/item/download/25002_c4a4d9329b6c345985c0d6b1aec061ef . Acessado em 22/06/2019.

CARLATOLO, Cássia Maria; MARIANO, Silvana. **As mulheres nos programas de transferência de renda: manutenção e mudanças nos papéis e desigualdades de gênero.** Disponível em www.sinteseeventos.com.br. Acesso em 20 de abril de 2020.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto.** 3º edição – Porto Alegre: Artmed, 2010.

DALMAZ, Dayane Santos Silva; HIDALGO, Angela Maria; NUNES, César Aparecido. A proposta de desenvolvimento rural e de educação da fao nos anos 1950 e na atualidade: forjando consensos como disfarce social. **Educ. rev.**, Belo Horizonte , v. 34, e177436, 2018 . Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982018000100125&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 22/06/2019.

DENES, Guilherme; KOMATSU, Bruno Kawaoka; MENEZES-FILHO, Naercio. Uma Avaliação dos Impactos Macroeconômicos e Sociais de Programas de Transferência de Renda nos Municípios Brasileiros. **Revista Brasileira de Economia**, vol.72, nº3(jul-set. 2018). ISSN 1806-9134 (online). Disponível em
https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71402018000300292#:~:text=As%20regress%C3%B5es%20controlam%20por%20e%20feitos,sociais%20de%20transfer%C3%Aancia%20de%20renda. Acesso em 05/05/2019.

ESTHER. Conheça o Renda Cidadã, possível substituto do Bolsa Família. **Jornal Contábil**, 16 de outubro de 2020. Disponível em: <https://www.jornalcontabil.com.br> acesso em 07/11/2020.

FAVARO, Thatiana *et al.* **Segurança alimentar em famílias indígenas Teréna, Mato Grosso do Sul, Brasil.** *Cad. Saúde Pública* [online]. 2007, vol.23, n.4, pp.785-793. ISSN 1678-4464. Disponível em <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2007000400006> . Acesso em 18/05/2020.

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Dicionário Interativo da Educação Brasileira - EducaBrasil.** São Paulo: Midiamix Editora, 2001. Disponível em <https://www.educabrasil.com.br/fnde-fundo-nacional-de-desenvolvimento-da-educacao/>. Acesso em 18/05/2020.

GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA AGENDA 2030 (GTA AGENDA 2030). **Relatório Luz da Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável: Síntese II**. Agenda 2030, 2018. Disponível em <http://www.gtagenda2030.org.br>, acesso em 07/09/2020.

HENTZ, Carla; HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA: A Evolução de uma Política Pública Múltipla. **Geosul**, Florianópolis, v.34, n.72, p.415-434, mai/ago/2019. Disponível em <http://doi.org/10.5007/1982-5153.2019v34n72p415>. Acesso em 23/08/2019. IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Síntese de Indicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2018**. Rio de Janeiro, IBGE, 2018.

LIRA, W. S. CÂNDIDO, G. A. Análise dos modelos de indicadores no contexto do desenvolvimento sustentável. **Perspec. Contemp**, v. 3, n. 1, p. 31-45, 2008. Disponível em: <http://revista2.grupointegrado.br/revista/index.php/perspectivascontemporaneas/articloe/view/436>. Acesso em 18/05/2020.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME (MDS). **Programa Bolsa Família: Cadastro Único**. Brasília, 2014. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/cadastrounico>. Acesso em 22/06/2019.

_____. **Programa Bolsa Família: O que é?**. Brasília, 2014. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e>. Acesso em 22/06/2019. MONTEIRO, Carlos Augusto. A dimensão da pobreza, da desnutrição e da fome no Brasil. **Estudos Avançados**, vol.17, nº 48, São Paulo, may-ago/2003. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000200002. Acesso em 10/06/2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA (FAO). **A Exigibilidade do Direito Humano à Alimentação Adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: relatório final 2010**. Brasília, 2010. Disponível em http://www.fao.org/fileadmin/user_upload/righttofood/docs/seminario%20relatorio%20final%20maio%202010.pdf. Acesso 24/06/2019.

_____. **O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: um retrato multidimensional relatório 2014**. Brasília, agosto de 2014. Disponível em http://www.fao.org/fileadmin/user_upload/FAO-countries/Brasil/docs/SOFI_Brasil_2015_final.pdf. Acesso 26/06/2019.

_____. **Fome aumenta no mundo e afeta 821 milhões de pessoas**. Atualizado em 09/10/2018, disponível em <https://nacoesunidas.org/fao-fome-aumenta-no-mundo-e-afeta-821-milhoes-de-pessoas>. Acesso em 22/06/2019. ROSANELI, Caroline Filla; RIBEIRO, Ana Lúcia Cardoso; ASSIS, Luana de; SILVA, Tânia Mara da; SIQUEIRA, José Eduardo de. A fragilidade humana diante da pobreza e da fome. **Revista Bioética** (Impr.).2015; 23(1):89-97. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1983-80422015231049>. Acesso em 10/05/2020.

SACHS, Ignacy. Desenvolvimento numa economia mundial liberalizada e globalizante: um desafio impossível? **Estudos Avançados**, vol.11 nº.30 São Paulo May/Aug. 1997. Disponível em : <https://doi.org/10.1590/S0103-40141997000200014>. Acesso em 10/06/2019.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: Conceito, tipologias e sub-áreas**. Goiás: Fundação Eduardo Magalhães, 2002. Disponível em: <http://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/3843/material/001-%20A-%20POLITICAS%20PUBLICAS.pdf>. Acesso em 10/06/2019.

_____. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. In: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (Org.). **Políticas públicas no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/view/239108>. Acesso em 10/05/2020.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Josué de Castro e a Geografia da Fome no Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 11, p. 2710-2717, Nov. 2008 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102311X2008001100027&lng=en&nrm=iso. Acesso em 08/05/2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do estudo evidenciou que a articulação entre políticas públicas estruturantes causa impacto na redução da fome e da pobreza, devido a geração de renda, fortalecimento da economia local e sentimento de pertencimento do indivíduo ao contexto econômico e social. Programas como o PAA e PNAE asseguram ao agricultor familiar a destinação de sua produção e auxiliam na manutenção da unidade agrícola produtiva.

Esses programas de forma mútua combatem a fome e a pobreza no campo, e também na cidade. O PNAE assegura o acesso ao alimento de milhares de crianças da rede básica pública de ensino, e o PAA assegura a alimentação dos beneficiários fornecedores e beneficiários consumidores, além de contribuir para o fortalecimento da economia local, pois oferece à população local produtos frescos e de melhor qualidade, e também acesso ao alimento com preços melhores.

Em Tangará da Serra/MT observou-se que o PNAE atende, em média 11.799 alunos da rede básica de ensino, com custo médio de R\$ 0,51 aluno/dia. O PAA beneficiou famílias de agricultores na cidade com o valor de R\$ 828.921,03, alimentos adquiridos dos agricultores familiares e destinados para merenda escolar e pacientes do hospital municipal.

Pressupõe-se que programas de transferência de renda como o PBF impactam economicamente as familiares beneficiárias, sendo o recurso parte integrante da renda familiar, e é destinado para o consumo de alimentos, vestuário e materiais escolares, o que causa efeitos de segunda ordem na economia local. Socialmente o programa causa impactos nas gerações futuras, pois estabelece condicionalidades vinculadas aos filhos das famílias beneficiárias e ao valor do benefício com a área de saúde e educação.

Em Tangará da Serra/MT, são 1.466 famílias atendidas pelo PBF, dentre essas 10% recebem o PBF não por possuírem crianças em sua composição, mas por encontra-se em condição de pobreza extrema. É possível observar que mesmo Tangará da Serra/MT apresentando IDH alto e coeficiente de GINI em 0,44, também enfrenta problemas com a fome e a pobreza extrema.

Portanto, pressupõe-se que a articulação de políticas públicas como estratégia para o combate à fome e a redução da pobreza impactam economicamente e socialmente as populações vulneráveis, sendo de extrema

importância para o país manter essas políticas como prioridade na agenda de governo.

Vale ressaltar algumas limitações encontradas durante a execução do estudo, como o acesso às famílias beneficiárias para entrevista, devido ao grande número de famílias cadastradas, o que demandaria tempo e recursos financeiros. Também a limitação quanto ao banco de dados a nível estadual e nacional, devido a limitações nas informações produzidas e publicadas pelo Ministério do Desenvolvimento Social, recomenda-se novos estudos a fim de preencher as lacunas que possam não ter sido resolvidas neste trabalho.